

Tribuna Operária

ANO V - Nº 172 - DE 18 A 24 DE JUNHO DE 1984

Cr\$ 300,00

Cobiça pelo poder arrebenta o PDS

Como surgem os jornais de fábrica

Quatro experiências de imprensa operária dentro de empresas metalúrgicas de São Paulo. Página 5

“Com essa divisão do partido ilude-se quem pensar que saiu fortalecido. Todos nós perdemos” - comentou desalentado o líder do PDS Néelson Marchezan depois da briga que levou à renúncia do presidente do partido, José Sarney. Nós, no caso, é panela dos sustentadores do regime militar, hoje despedaçada pela disputa para suceder Figueiredo. Pág. 3.



Motim reconquista Serra Pelada

Figueiredo queria tirar os garimpeiros, mas teve que recuar. Pág. 10

EDITORIAL

A tática da oposição

Quem cala consente” — diz o povo. É hora de lembrar este ditado a setores oposicionistas que continuam imobilizados, apesar do quadro caótico em que o governo Figueiredo atirou o país. A predominância de interesses menores, a ambição pessoal dentro das correntes democráticas, numa situação dramática como a que vive o Brasil, é inadmissível.

O regime militar, mesmo podre e esfrangalhado, não abandonará o poder voluntariamente. O antidoto certo para o arbítrio e a prepotência é comprovadamente a mobilização popular. Tomar medidas que facilitem a retomada das manifestações de rua, discutir e preparar as condições para uma greve geral nacional, são tarefas inadiáveis que se impõem para todos os verdadeiros defensores dos direitos do povo e da liberdade. Basta de regime militar! Eleições diretas-já! Estas são as palavras de ordem que expressam o anseio maior dos brasileiros neste momento. Qualquer vacilação na luta por estes objetivos não merecem outro nome senão convívio com o sistema instalado pelos generais desde 1964.

Mas apesar de reuniões e mais reuniões, conversas e mais conversas, a oposição burguesa ainda não se decidiu a agir de acordo com a aspiração da imensa maioria dos brasileiros. Estes setores limitam-se até agora a responder às desastrosas medidas do PDS e do regime. Numa hora pensaram que bastava se escorar no grupo pró-diretas do PDS para recolocar em pauta as diretas-já.

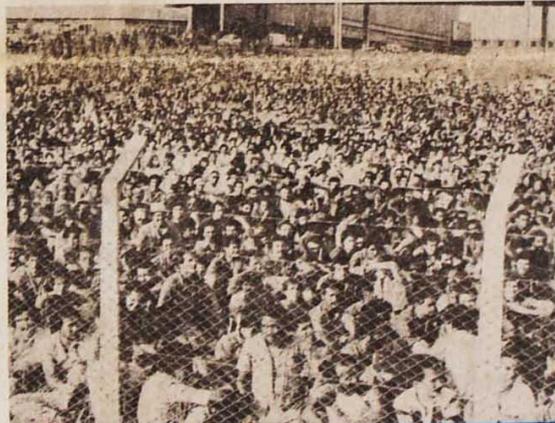
Depois acomodaram-se com a possibilidade da sucessão sair pelo Colégio Eleitoral e bolarão o tal candidato ambivalente. Mais adiante tentaram combater a malsinada prévia de Figueiredo-Sarney com um inócuo plebiscito nacional. Agora assistem de camarote a imploração pedesista, aguardando que as coisas se resolvam por si mesmas.

Alguns políticos inclusive, demonstrando total perplexida-

de, chegam a dizer que tudo isto que está ocorrendo seria parte de um plano maquiavélico, previamente elaborado por Figueiredo, para forçar a prorrogação de seu mandato ou então para levar Maluf à presidência como uma última alternativa. Miopia e idealismo. A história não marcha através destas conspirações. Conspirações existem, mas não explicam este caos. A confusão é confusão mesmo, fruto da incapacidade do governo de apresentar qualquer saída viável. Figueiredo debate-se num emaranhado de contradições e cada dia suas respostas tem fôlego mais curto. A tal ponto que atualmente o governo tem que rever os seus planos todo dia. E as defecções em suas fileiras atingiram proporções incontroláveis.

O que se exige da oposição diante disto é unidade e iniciativa de luta. Unidade em torno da salvação da pátria e da conquista da liberdade. Unidade de todas as correntes democráticas e do movimento popular. Luta sem tréguas pelas diretas-já e pelo fim do regime.

As condições para esta batalha estão maduras. Os comícios de milhões em todo o Brasil tiveram a força de um plebiscito incontestável pela eleição imediata do presidente da República. Todas as forças oposicionistas, mesmo os mais vacilantes, concordam que as diretas-já significam a melhor alternativa. O partido governista arrebitou-se. Figueiredo está pendurado na brocha, sem nenhum apoio político. O Colégio Eleitoral tornou-se inviável — tanto por sua total desmoralização como pelas disputas nas hostes governistas. A saída democrática, com a eleição direta do presidente da República agora e com a escolha de um candidato único das oposições em convenção nacional dos partidos e organizações oposicionistas, sindicais e populares, aparece portanto como a possibilidade mais justa para recolocar o país no caminho do progresso.



Operários foram impedidos até de fazer assembleia no pátio da Fiat.

Fiat se vinga dos grevistas de Betim

Após a greve metalúrgica, declarada ilegal pelo governo, a multinacional solta lista negra de demissões. Leia na página 7

Metalúrgicos de São Paulo agredidos pela Chapa 2

Operários atacados por paus, cacetes e pedras indagamos aos agressores se são contra a ditadura ou a categoria. Pág. 7



Isaac de Souza teve o braço quebrado

Aldo Arantes aponta sangria do país pela dívida externa

Artigo do deputado do PMDB goiano, membro da CPI da dívida na Câmara Federal, indica como solução a suspensão imediata do pagamento da dívida e diretas já. Pág. 4

Emenda das indiretas de Figueiredo ainda sem data para votação

O deputado Jarbas Vasconcelos, presidente da Comissão Mista, denuncia o descaço do governo com a sua própria emenda. Pág. 3



Parada de mineiros grevistas, uma das muitas realizadas no período de greve.

Greve nas minas inglesas puxa combate às demissões

Em greve há mais de três meses, os mineiros do carvão assumem a vanguarda da luta contra o desemprego no país de Thatcher. Pág. 2



A manifestação de 450 mil no Dia dos Trabalhadores em Montevideo: enfrentando os generais

Atropelos da ditadura no Uruguai

O Uruguai viveu na semana passada a expectativa do retorno ao país do líder do Partido Blanco, Wilson Ferreira Aldunate, há 11 anos no exílio. A repressão da ditadura militar às manifestações populares no início do mês deixavam claras as possibilidades de prisão de Aldunate assim que pisasse o solo de seu país.

No dia 3 de junho, a polícia reprimiu violentamente uma manifestação popular no centro da capital, Montevideo, ferindo mais de 60 pessoas e realizando dezenas de prisões. Os manifestantes denunciavam o regime militar e exigiam o pleno restabelecimento dos direitos democráticos. Foram saudados pelas buzinas dos carros que circulavam nas imediações do ato. Dias antes, um protesto de metalúrgicos havia sido reprimido com a mesma violência, com um saldo de 28 feridos.

AMEAÇA AS ELEIÇÕES

A tensão política se elevou com a invasão, em 7 de junho, da sede do Partido Nacional (Blanco), a prisão de seus dirigentes e a apreensão do 15 mil exemplares do jornal *La Democracia*, órgão dos "Blancos". O regime anunciou ainda a proibição de um plebiscito nacional proposto pelas oposições sobre a revogação dos atos institucionais.

Os truculentos militares brandem agora a ameaça de cancelar as eleições de novembro próximo e prender o líder do Partido Blanco, Wilson Aldunate. No exílio desde 73, Aldunate teve sua volta ao país e sua candidatura à Presidência da República votadas pelo governo, devido à

sua atividade oposicionista. Seu retorno está previsto para o dia 16.

As medidas arbitrárias mostram o caráter fraudulento das promessas do governo militar e as limitações de sua "abertura". O general Hugo Medina, comandante do Exército, declarou que "as eleições poderão ser adiadas se não houver uma resposta positiva dos partidos à proposta de diálogo feita pelos militares" e que "o Exército continuará como o guardião da democracia".

Porém é difícil deter o processo de desagregação do regime uruguiaio, assim como manter indefinidamente a situação em que o país se encontra. Desde junho de 1973, quando os generais tomaram o poder, mais de 1 milhão de pessoas emigraram do país — 700 mil em busca de trabalho e 300 mil perseguidas politicamente. Hoje, segundo a imprensa uruguiaia, 60% do sistema produtivo estão paralisados, e o desemprego atinge 14% da força de trabalho. A dívida externa, de 4 bilhões de dólares, representa cerca de 70% do Produto Interno Bruto.

A tortura e o terrorismo militarista foram elevados a método oficial de governo: em cada 10 cidadãos passou pelos cárceres durante este

período negro. Atualmente há mais de 1.500 presos políticos. As instituições democráticas foram destruídas, os partidos fechados. A imprensa amordaçada pela censura prévia.

O primeiro sinal da decomposição da ditadura uruguiaia apareceu em novembro de 1980, quando 58% dos uruguaios disseram NÃO num plebiscito convocado pelo regime visando à sua institucionalização. Em 1982, os uruguaios fizeram das eleições internas dos partidos (especie de prévia) uma oportunidade para repudiar a ditadura, votando nos oposicionistas.

No 1º de Maio de 1983, 150 mil pessoas saíram às ruas para exigir o fim do regime militar, na primeira grande manifestação de massas em 10 anos de ditadura. Em fins do ano passado, prosseguiram as lutas democráticas, culminando com uma jornada de protesto que reuniu 400 mil pessoas.

"SAÍDA HONROSA"

1984 começou com a classe operária e demais trabalhadores realizando uma combativa greve geral — a primeira em 11 anos —, que paralisou inteiramente o país. E no dia do Trabalhador, 450 mil pessoas participaram de um ato em Montevideo.

E nesse quadro que os generais falam em organizar uma "saída honrosa" para seu governo, temendo serem definitivamente escoraçoados pelo povo.



Itália, Comunidade Econômica Europeia, EUA, Inglaterra, França, Japão, Canadá e Alemanha: unidos

Boicote à união dos devedores

Terminou no dia 9 de junho a reunião anual dos Sete Grandes, este ano realizada em Londres. Os iludidos, que esperavam uma amolecimento dos países imperialistas pro-ocidentais no tratamento da dívida dos subdesenvolvidos, receberam um banho de água fria.

As decisões que apareceram em público representam um combate a qualquer "politicização" da dívida externa e a qualquer modificação na tática usada pelos banqueiros internacionais, capitaneada pelo FMI.

Uma questão chave, reafir-

mada, é o tratamento da dívida externa "caso a caso", ou seja, países devedores isolados. Foi o discurso raivoso da Sra. Thatcher que deixou isso bem claro. Os imperialistas querem boicotar qualquer articulação de dois ou mais países devedores.

Outra proposta predileta dos ricos foi ressaltada: a liberação total para a entrada de capital estrangeiro nos países devedores transformando dívida em capital. Thatcher chegou a dizer: "Na maioria desses países, os recursos naturais e industriais são realmente grandes, e muitos investidores estran-

geiros estão interessados em colaborar com o seu desenvolvimento".

Essa inflexibilidade dos países ricos está gerando uma reação dos devedores latino-americanos. A reunião destes, no dia 21 de junho, é um fato novo que deve ser acompanhado de perto. Não se pode esperar nada de definitivo das formas atuais de união dos devedores, pois a maioria desses países não segue uma política independente. Mas esta articulação revela que o quadro político da região está em rápida evolução.

Mineiros lideram luta por emprego na Inglaterra

"A causa dos mineiros é a causa de toda a classe operária". A conclamação do jornal *Worker Weekly*, órgão do Partido Comunista Revolucionário da Grã-Bretanha, refere-se ao necessário apoio à greve que mais de 100 mil trabalhadores das minas do Reino realizam desde 9 de março. Mais de 3 mil operários já foram presos com o movimento. Em 8 de junho, cães e policiais atacaram uma manifestação de 8 mil grevistas em Londres.

Segundo o jornal dos comunistas ingleses, "os trabalhadores corretamente, vêm nos mineiros a linha de frente do combate contra a burguesia". E a burguesia da corte de Elizabeth também não menospreza os operários: o governo de Margaret Thatcher declarou a ilegalidade da greve e prendeu o presidente da União Nacional de Mineiros, Arthur Scargill. Antes, em março, o mineiro David Gareth Jones, de 24 anos, foi mas-



A mina de Polmaise não se renderá, dizem os grevistas

sacrado por fura-greves, diante de policiais impassíveis em Nottingham.

A greve é a resposta dos trabalhadores ao plano de Thatcher de fechar 20, das 190 minas, e desempregar 20 mil, dos 186 mil operários do setor, para reduzir em 4 milhões de toneladas a extração de carvão. Segundo Dave Barker, mineiro de Yorkshire, em 1952 havia 880 minas em

funcionamento na Grã-Bretanha, com 740 mil operários. Em 1967, restavam 400 minas e 382 mil operários. "Hoje funcionam 190 minas — denuncia um operário —, com 186 mil trabalhadores. O governo quer fechar mais 20 minas agora e parar as atividades de mais 70 até o fim do século. Os operários não podem aceitar isso. Contamos com a solidariedade dos ferroviários e motoristas, que não transportam mais nenhum carvão; e também os portuários não embarcam o carvão que chega aos portos. Ferrovários, gráficos e enfermeiros nos ajudam nos piquetes".

A greve está abrangendo 80% da categoria, apesar da truculência governamental que chegou a decretar a prisão domiciliar dos mineiros que se destacam nos piquetes. E, se o jornal dos comunistas conclama à solidariedade dos grevistas, outra é a posição dos jornais reacionários, como o *Sunday Times*, que pediu o recrudescimento da repressão para "deixar claro como cristal aos mineiros que não há perspectiva de compromissos ou concessões"...



Manifestação de mineiros em Mansfield, em 14 de maio

Por que a burguesia chora a morte de Berlinguer

Dirigentes dos mais diversos Estados e correntes políticas — até anticomunistas declarados, como Reagan e o Papa João Paulo II — lamentaram, na semana passada, a morte do secretário-geral do Partido "Comunista" Italiano, Enrico Berlinguer. As agências de informação enaltecem a atuação deste teórico do eurocomunismo. Por que isto aconteceu?

Para o proletariado revolucionário, que parte de uma análise materialista e científica da realidade, a morte de qualquer personagem da história não pode obscurecer a crítica às suas ideias e atuação em vida. No caso de Berlinguer, sua trajetória política está indissolvemente ligada ao desenvolvimento do eurocomunismo, do qual era o principal expoente. O próprio rótulo de "eurocomunismo" é inadequado: embora esta corrente revisionista tenha como expressão principal os partidos "comunistas" da Espanha, Itália e, em menor grau hoje, da França, seu alcance vai bem além das fronteiras europeias, atingindo partidos como os do Japão, México e o próprio P "C" Brasileiro. Mas se o movimento não é só europeu, não é em absoluto comunista. E esta é a questão chave.

DEMOCRACIA BURGUESA
O próprio Berlinguer não conseguia esconder que sua elab-

oração se afastava dos princípios do comunismo — o marxismo-leninismo. Em 1977, ele afirmou: "Para transformar a sociedade, trata-se, como já dissemos muitas vezes, não de aplicar doutrinas ou esquemas, mas de percorrer vias ainda não exploradas, ou seja, de inventar alguma coisa de novo". (Citação de "A elaboração de um projeto de transformação da sociedade italiana".) E qual foi a grande, nova e original "invenção" do eurocomunismo? Segundo um comunicado de Berlinguer e Marchais, de maio de 1977, foi a "opção por uma via democrática para um socialismo baseado na democracia e no pluralismo". Como se vê, a "novidade" é a velha e batida tese revisionista defendida por Bernstein desde o fim do século passado, de abandonar a luta revolucionária pelo respeito às normas do parlamentarismo burguês...

Entretanto, em termos de tenacidade e coerência, os eurocomunistas são mais realistas que o rei. Toda a política do P "C" I dirigido por Berlinguer orientou-se no sentido de "evitar a ruptura do marco democrático constitucional" (ou seja, a democracia burguesa). Neste rumo, o P "C" I tornou-se o principal defensor de uma política de austeridade para a classe operária italiana. No

mesmo texto de 1977 que citamos acima, ele inclusive afirmou que, nas condições atuais, é com efeito impensável lutar real e efetivamente por uma sociedade melhor sem recorrer necessariamente à austeridade... nem que comporte certas renúncias e certos sacrifícios, defendendo com unhas e dentes a democracia (burguesa) como valor universal.

Este "socialismo à la italiana" não podia deixar de dar à burguesia um papel central na construção do socialismo. Uma declaração conjunta dos eurocomunistas italianos e franceses, em novembro de 1975, chegava ao descaramento de afirmar que "o setor da pequena e média propriedade camponesa, do artesanato, da pequena e média empresa industrial e comercial, verá ser-lhe atribuído um papel específico positivo na construção do socialismo".

As ideias do falecido dirigente do P "C" I são fruto de um processo de degeneração deste partido nos últimos 40 anos, que é muito bem escrito e analisado no livro "Eurocomunismo é anticomunismo", do dirigente comunista albanês Enver Hoxha, publicado no Brasil pela Editora Anita Garibaldi. Neste processo, o próprio Berlinguer reconhecera ter exercido uma influência decisiva sobre seu pensamento o XX Congresso do PC soviético, que marcou a adoção de uma nova política revisionista.

A crítica dirigida pelos eurocomunistas à URSS e seus aliados tem como base posições liberais-burguesas e não princípios revolucionários.

Para os marxistas revolucionários do Brasil, a morte do "chefe" do eurocomunismo chama a atenção mais uma vez para a necessidade do estudo cuidadoso da teoria do socialismo científico como única garantia de que o proletariado não se afastará do caminho da revolução. (Luís Fernandes)



Berlinguer, teórico do eurocomunismo

Briga de foice esfrangalha o PDS

Em menos de uma semana, as divergências internas no PDS explodiram, alterando profundamente o quadro sucessório. A nova situação exige uma resposta firme das oposições, na medida em que a divisão nas hostes pedestistas abre caminho para a conquista das diretas já, deixando ainda mais expostas as profundas fraturas no partido do governo.

Após anunciar a realização de uma prévia para escolher o candidato do PDS para a sucessão do general Figueiredo, o senador José Sarney, presidente do partido até segunda-feira dia 11, atraiu sobre si a ira dos malufistas. Eles articularam-se para impedir que a ideia da prévia prosseguisse e sepultasse as pretensões presidenciais do ex-governador paulista. Como o próprio general Figueiredo recuou na proposta da prévia, o campo ficou aberto para a ação malufista. Na reunião da executiva nacional do PDS, convocada para aprovar a prévia, os malufistas liquidaram a ideia da prévia e ainda por cima levaram à renúncia de Sarney.

SOLUÇÃO? DIRETAS-JÁ

O episódio serviu, de um lado, para dar a dimensão da força que Maluf detém junto a setores do PDS, suficiente para derrotar a própria direção do partido. De outro, deixava aberta uma ferida profunda e de difícil cicatrização no partido do governo. Desmoralizados em público, setores pedestistas passam a sofrer as diretas-já como saída para o impasse. O grupo ligado ao vice-presidente Aureliano Chaves caminha irresistivelmente para um rompimento formal com o PDS, engrossando as fileiras pró-diretas. Um exemplo disso foi a entrevista do governador cearense Gonzaga Mota à televisão. Depois de dizer que o PDS implodiu, ele afirmou categoricamente: "A única solução são as diretas-já". O próprio Aureliano Chaves admitiu a hipótese de romper com o PDS. "A continuar assim — disse ele —, a separação se torna irreversível".

PENDURADO NA BROCHA

Alheio às aspirações populares e corroido pelas disputas internas, o governo e seu partido caminham para a desagregação. Figueiredo está como o pintor da piada, pendurado na brocha. O PDS cai em ruínas. Depois dos inúmeros casuísticos contra a oposição, sempre de curto alcance, o Planalto teve que apelar para o casuístico dentro do próprio PDS.

Já em 1966, o governo dissolveu os partidos existentes e criou a força a Arena e o MDB. Não deu certo. O MDB cresceu, tornou-se uma frente de oposições, com influência dos setores populares. Em 1979 também estes partidos foram suprimidos, para dividir as oposições em várias legendas. Novo fracasso. Na eleição de 1982 o povo votou em um nome opositorista, na maioria do PMDB, e derrotou o governo.

Vieram então as tramóias no Colégio Eleitoral. Criaram novos Estados, igualaram a representação de São Paulo à do Acre, criaram os senadores biônicos. Tudo isto se revelou incapaz de garantir o continuismo. Veio a campanha das diretas-já. Acudados, os donos do poder se desatamam, brigam entre si, numa verdadeira guerra interna. O próprio Colégio espúrio se tornou ineficaz para garantir a vitória de um nome do regime.

Agora, o veneno casuístico que espalharam desde 1964 contra a oposição é usado também dentro do próprio PDS. Este o sentido da tal prévia de Figueiredo e seus estrategistas — uma fraude evidente, onde quem se recusa a consultar os 60 milhões de eleitores brasileiros posa de democrata, propondo-se a ouvir uma minoria dos membros do PDS.

O resultado porém foi catastrófico. Sarney pulou fora, Marcheaz e Aloisio Alves ensaiaram uma renúncia e quem se apresenta como grande beneficiado é Paulo Maluf. Na verdade, contudo, Maluf assumiu a liderança de uma agremiação falida.



O bate-boca na executiva pedestista, que levou Sarney à renúncia; e Maluf, líder de um PDS em ruínas

Esplendor e misérias das cortesãs do regime

A crise que pipocou no PDS atesta o apodrecimento em vida do partido criado para dar sustentação política ao regime militar. O PDS surgiu com o nome de Arena, em abril de 1966. Nasceu gordo e alegre, bem alimentado pelas tetas do poder e com 64% das cadeiras da Câmara dos Deputados. Sua base social sempre foram as classes exploradas, com destaque para os latifundiários. Os votos vêm dos currais eleitorais interiores, onde imperam o voto de cabresto. O partido dos ricos por excelência elegia-se manipulando as populações, mais pobres do país.

Desde o início, porém, a trajetória da Arena-PDS foi ladeira abaixo (veja gráfico). O partido do governo foi perdendo votos no Brasil, com um todo no Sudeste operário e industrializado e mesmo no Noroeste atrasado e camponês. O eleitoral não perdoou os crimes do regime contra o povo, a democracia e a pátria.

A partir de fins dos anos 70 um outro fator ganhou força: setores consideráveis das classes dominantes se afastaram do regime e seu partido, passando para a oposição. Figueiredo tentou reagir, com a reforma partidária de novembro de 1979. A ideia era dar cara nova à Arena, rebatizada como PDS, dividir a oposição e, sobretudo, estimular a formação de um grande partido de centro, moderado e conciliador, que amortecesse os choques entre o governo e a oposição. Esse partido seria o PP.

Mas no choque com a realidade o plano espatifou-se. Na campanha eleitoral de 1982, o PP, vítima dos casuísticos do governo para favorecer o

PDS, incorporou-se ao PMDB. A eleição foi altamente polarizada entre governo e oposição — sobretudo o PMDB. A oposição ganhou. Arrancou do PDS a maioria absoluta na Câmara Federal e o governo de dez Estados, entre eles os mais importantes do país. Foi outro golpe sério na legenda oficial, que sempre sobrevivera às custas das máquinas do governo.

DESGASTE

O apodrecimento do PDS se intensificou com o desenvolvimento da crise em torno da sucessão de Figueiredo. Antes a escolha do general-presidente era privativa das Forças Armadas, e os políticos governistas tinham apenas que dizer amém. Com a desagregação do regime esse esquema tornou-se inviável. Mas os pedestistas se dividiram em diferentes facções, cada uma defendendo um "presidenciável". E ganhou vantagem quem pagou melhor — o ambicioso deputado Salim Maluf.

Contudo o pior — para o PDS — veio este ano, com a campanha de massas pelas diretas-já. Os políticos governistas ficaram virtualmente encurralados pelo clamor popular. Uma parcela expressiva — 55 deputados em 325 — votou a favor da emenda Dante de Oliveira. Os demais sofreram desgaste irreparável. Na eleição para prefeito de Santos, dia 3 último, o PDS despençou de 16% para desprezíveis 3% do eleitorado. Estima-se que, hoje, só 50 dos deputados federais pedestistas se reelegeriam.

E nesse quadro malcheiroso e decrepito que explode a crise, já anunciada por alguns como o funeral do PDS.



Foto: Ceres Nóbilo

Grileiro, nepotista, um típico homem do PDS

A renúncia do senador José Sarney à presidência do PDS marca o declínio do homem que há 20 anos comanda a política do Maranhão. Sua trajetória é ilustrativa da política que o regime militar promoveu nesse Estado.

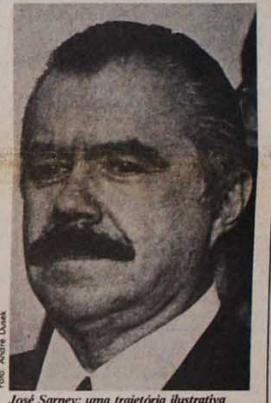


Foto: André Danks

ELEITO PELO PAI

Quando Sarney se iniciou nos meandros da política, no Maranhão as eleições eram decididas nos tribunais. Para se ter uma ideia, na chamada "Greve de 1951", quando o povo de São Luis levantou-se contra a eleição fraudada que deu o governo do Estado a Eugênio de Barros, o Tribunal Regional Eleitoral foi queimado, como símbolo da corrupção.

Filho de desembargador, foi mais pelas mãos do pai do que pelo voto popular que Sarney conseguiu ficar como suplente de deputado federal em 1958. Em 1962 conquistou uma cadeira na Câmara Federal, auxiliado pelo senador Victorino Freire, chefe da oligarquia local à época.

O golpe de 1964, após atacar o movimento popular e democrático maranhense, buscou vítimas no seio do todo-poderoso PSD, mas já encontrou Sarney na UDN, com ligações com Magalhães Pinto — chefe civil do golpe.

A oligarquia victorinista ruiu, dando lugar à oligarquia sarneyista. No governo, Sarney conseguiu o realinhamento dos "coroneis" do interior, abriu estradas e promoveu a eletrificação, propiciando a penetração da grande empresa agropecuária no campo.

Um político desastrosos para o povo: o Maranhão tornou-se um Estado ainda mais pobre, com o maior índice de analfabetismo do país (57% da população adulta). De receptor de mão-de-obra nordestina, transformou-se em Estado que expulsa a mão-de-obra local. A maior parte dos garimpeiros de Serra Pelada e dos trabalhadores de Tucuruí, Jari e das fazendas do sul do Pará e norte de Goiás e Mato Grosso saiu do Maranhão — um dos recordistas em conflitos de terra (12 lavradores assassinados só em 84).

O próprio Sarney é grileiro. Tem um latifúndio ao lado da ilha de São Luis, a ilha de Curupu. Na fazenda Maguary, Santa Luzia, os posseiros lutam bravamente para expulsar o senador, e lá permanecem em cinco povoados.

CONTROLE DO ESTADO
Na máquina estatal pulula o nepotismo. Membros da família Sarney, ocupam cargos de direção nas Centrais Elétricas, no Conselho de Contas dos Municípios, no Patrimônio Histórico etc. Senador desde 1970, Sarney também controla todos os cargos públicos federais no Estado.

Somente nos últimos cinco anos a liderança de José Sarney começou a ser colocada em questão por outros membros da oligarquia, como o senador Alexandre Costa e o deputado federal Edison Lobão, ambos malufistas.

A renúncia do senador ao cargo de presidente do PDS, pelo menos de imediato, não o tira da frente da oligarquia maranhense. A família tem representantes na Assembleia Legislativa. E a sua principal ambição continua sendo acalentada: eleger o deputado federal José Sarney Filho governador do Maranhão, nas eleições de 1986. (Luís Pedro, deputado estadual pelo Bloco Popular do PMDB).



Jarbas Vasconcelos, "PDS explodiu"

Emenda de Figueiredo sem data de votação

Continua sem data de votação a emenda do general Figueiredo que propõe para 1988 as eleições diretas. As oposições propuseram o dia 2 de agosto para a votação da emenda. Mas o PDS insiste em que a votação ocorra no próximo dia 26. Nesta semana o senador Aderbal Jurema apresenta seu relatório, em nome da Comissão Mista que analisa a emenda.

Na próxima quarta-feira, 20 de junho, o relator da Comissão Mista que examina a emenda do governo, senador Aderbal Jurema, entrega o seu parecer. A partir daí a emenda já pode ser votada pelo Congresso Nacional, e não poderá mais ser retirada de tramitação pelo governo. Em seu parecer o relator, que é do PDS, irá manter o Colégio Eleitoral, as diretas em 1988 e regulamentar o funcionamento do Colégio na própria emenda, eliminando a proposta original de que essa regulamentação fosse feita pela mesa do Senado.

IRRESPONSABILIDADE DO GOVERNO

Diante disso, as oposições devem lutar para aprovar, em plenário, o substitutivo número um, apresentado pelo grupo Pró-Diretas do PDS e pelos partidos de oposição, restabelecendo as diretas-já, convocando uma Constituinte para 1986 e eliminando o Colégio Eleitoral.

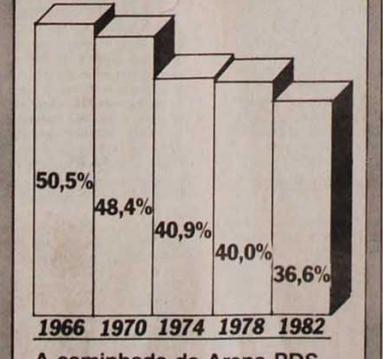
O deputado Jarbas Vasconcelos, presidente da Comissão Mista, falando à Tribuna Operária analisou os objetivos da emenda do governo e o comportamento do PDS durante os trabalhos da comissão: "Diziam que esta emenda veio com o propósito de provocar o entendimento nacional. Hoje está claro que o único objetivo do governo ao enviar a sua emenda foi inviabilizar a aprovação da emenda Dante de Oliveira, das diretas-já. Só isso demonstra a má fé e a irresponsabilidade deste governo".

Na sua opinião, em nenhum momento o governo esteve realmente disposto a qualquer entendimento nacional. "Quando o general Figueiredo e os líderes do PDS dizem que o Colégio Eleitoral e as diretas em 88 são negociáveis, estão fechando a porta para qualquer entendimento, caracterizando de vez a farsa da conciliação".

As reuniões da Comissão Mista, segundo seu presidente, revelaram o total desinteresse do governo pela sua própria emenda. "Há um desinteresse flagrante do governo pela sua emenda. Durante todo o andamento da Comissão Mista o PDS não designou nenhum interlocutor, não procurou ninguém para debater a emenda, seja no Congresso ou fora dele. Limitou-se a dizer que ela era negociável".

Ao mesmo tempo, este descaso foi compensado pela atividade do próprio Jarbas Vasconcelos como presidente da comissão: "Nos últimos 40 dias visitei 11 Estados da Federação. Em alguns deles, como em São Paulo, estive várias vezes. Em todos os debates de que participei, não encontrei por parte de nenhum segmento da sociedade a indicação de qualquer outra saída política para o país que não fossem as diretas. Diante disso, concluo que só o presidente da República e seus auxiliares não querem as eleições diretas. Por isso mesmo é que elas são irreversíveis", afirma o deputado Jarbas Vasconcelos.

Segundo o parlamentar pernambucano, a crise profunda que atravessa o partido do governo pode reforçar ainda mais a luta pelas diretas: "O PDS explodiu por conta do Colégio Eleitoral. Agora, o caminho está aberto para retomarmos as mobilizações populares e conquistarmos as diretas-já". (da sucursal)



A caminhada da Arena-PDS ladeira abaixo na preferência dos eleitores

Porcentagem dos votos obtidos pelo partido do governo nas eleições para a Câmara Federal desde 1964

A solução é suspender o pagamento da dívida

Além de graves problemas políticos e sociais, uma questão econômica crucial atormenta e inferniza a nação: a dívida externa. Resultado de uma conduta antinacional, irresponsável e submissa aos banqueiros internacionais, o problema precisa ser encarado como prioridade, por meio da suspensão do pagamento da dívida e do rompimento dos acordos com o FMI.

A política econômica brasileira, no caso particular da dívida externa, vive dominada e conduzida diretamente do exterior pelos banqueiros, através do aumento das taxas de juros. Nos últimos 60 dias, houve um aumento de 1,5% na taxa — o que representou um acréscimo de 1 bilhão de dólares na nossa já astronômica dívida. Todos os analistas econômicos afirmam que os juros continuarão a subir, nua verdadeiro roubo, uma agiotagem sem precedentes. O mais grave é que o governo brasileiro até agora não tomou nenhuma medida prática em defesa da nossa economia ameaçada, limitando-se a tímidas notas de protesto. Esta atitude covarde e claudicante do governo é a causa fundamental da crise que vivemos.

Ao depor na CPI da dívida, o diretor da área externa do Banco Central, Madeira Serrano, admitiu que houve um aumento de 16 bilhões de dólares na despesa do país com juros entre 1973 e 1982. Segundo cálculos da Associação Nacional dos Bancos de Investimento, o Brasil pagou nos últimos quatro anos um custo adicional de 20 bilhões de dólares com encargos financeiros da dívida, provocando pela elevação dos juros no mercado internacional. Também a deterioração das relações de troca entre o Brasil e o mun-



OPINIÃO PARLAMENTAR
Aldo Arantes
PMDB-Goiás, membro da CPI da dívida na Câmara Federal

do industrializado gerou verdadeira sangria. Entre 1977 e 1982, houve uma redução de 50% no poder de compra das exportações brasileiras: para obter o mesmo volume de dólares tivemos de passar a exportar o dobro de mercadorias.

Esta situação deriva de uma decisão unilateral dos banqueiros e grandes conglomerados internacionais, para jogar o ônus da crise do petróleo sobre os países dependentes. E o governo brasileiro tem se submetido. Numa posição covarde e antinacional, aceita as imposições absurdas do FMI, levando o país a recessão, à fome e à miséria.

Chegou a hora de dar um Grito de Independência

É claro que a crise brasileira tem relação com a crise internacional. Porém as autoridades do país procuram fugir de suas responsabilidades ao colocar toda a culpa nos fatores externos. Antes argumentavam que

o responsável pela crise era o petróleo. Agora dizem que são as altas taxas de juros. Na verdade, os fatores externos influem, porém a amplitude das suas consequências está determinada pelas medidas de defesa tomadas pela economia brasileira. No caso do petróleo, o Brasil não se preparou para conquistar a auto-suficiência, optando por uma dependência extrema, além de adotar uma política de transportes irresponsável, que relegou as ferrovias e hidrovias ao abandono, canalizando todo esforço para o transporte rodoviário como forma de assegurar mercado para as multinacionais.

Em relação às taxas de juros internacionais, o governo brasileiro também foi irresponsável. Há muito que vem adotando uma criminosa política de endividamento, pelo montante absurdo dos empréstimos em moeda a juros flutuantes. A irresponsabilidade e a política antinacional do regime chegaram a tal ponto que, no memorando técnico anexado à carta de intenções enviada ao FMI, as autoridades brasileiras confessaram que em 30 de junho de 1983 as reservas do país estavam no vermelho, abaixo de zero. Isto é grave considerando-se que, no dizer de Celso Furtado, "não pode existir soberania se não houver reservas".

Esta situação não pode continuar. Chegou a hora de um novo Grito de Independência. Não é possível aceitar passivamente a fome, a miséria, o desemprego de milhares de trabalhadores, a destruição do parque industrial brasileiro, enquanto os banqueiros internacionais nos fazem de marionetes. Ao mesmo tempo em que as multinacionais pressionam para entrar na área da informática, os bancos das grandes potências exigem maiores facilidades para operar no país e uma função administrativa subalterna do Fundo Monetário Internacional: uma mais autoridade que o Congresso Nacional para averiguar a situação da economia brasileira.

Chega de tanta humilhação. Tomemos uma decisão soberana, suspendendo o pagamento da dívida externa até que o país retome o seu desenvolvimento e o povo possa discutir o real alcance desta dívida.

Porém nada disso será possível com um governo que não tem disposição nem coragem de enfrentar os grandes grupos estrangeiros. Somente um governo escolhido pelo povo será capaz e terá autoridade política e moral para tomar esta decisão. Diretas-já e suspensão do pagamento da dívida externa-já são os objetivos centrais da luta do povo brasileiro nos dias atuais.

Errata

No artigo "PMDB decide retomar as mobilizações populares", publicado na edição passada, um erro gráfico provocou a supressão de um parágrafo que mutila o conteúdo das declarações do deputado Francisco Pinto, prestadas à TO.

Após "Só através delas (as mobilizações) é que conseguiremos conquistar as diretas e romper a in-

transigência do governo", leia-se: "O parlamentar baiano não concorda, porém com a tese de submeter toda a tática oposicionista atual à recusa, a priori, em comparecer ao Colégio Eleitoral, defendida por um grupo minoritário.

"Segundo o deputado Chico Pinto, os que apoiam esta tese..." etc.



"Dia do Barulho" na porta das fábricas pelas diretas-já, promovido pelos metalúrgicos de São Paulo

Questões candentes da atuação sindical

Este sábado, dia 16, o movimento sindical realiza em São Paulo sua Plenária Nacional Unitária. Ali se fará o balanço e se traçará o rumo da ação dos sindicatos na luta pelas diretas-já. A reunião aumenta de importância o quadro político do país, cada vez mais complicado.

A questão sucessória é o nó principal deste quadro. Em torno dela, faz-se e desfaz-se pactos como o de Minas, convocam-se e entram-se iniciativas como a prévia do PDS. A situação é de desarticulação no Planalto, divisão no PDS... e avanço na candidatura Maluf.

As oposições continuam a vacilar. Sem usar outra vez sua arma principal, a mobilização popular, imobilizam-se. Surgem então as mais variadas ideias — candidato único, plebiscito, programa mínimo. Porém mesmo as que são justas não são concretizadas.

Surgem, entretanto, sempre obstáculos e senões quando se propõe a volta às grandes manifestações. Há muita discussão. Contudo não se conseguiu reaglutinar forças capazes de retomar as mobilizações em grande escala que o povo dispõe-se a fazer e a luta por diretas-já exige. Alguns parecem esquecer que foi nos gigantes comícios de janeiro-abril que as oposições se uniram, cresceram e se capacitaram para influir na crise sucessória. Este é o pano de fundo da Plenária do dia 16.

Retomada da luta pelas diretas é a grande questão

A realização da Plenária é em primeiro lugar um ato auspicioso. Artificialmente dividido por interesses menores, de grupos, o movimento sindical brasileiro só tem a ganhar em toda iniciativa que busque recompor a ação unitária. A unidade que se tem então é para a luta e na luta, não em função de subserviências frente ao Ministério do Trabalho e à legislação sindical retrógrada, tampouco de exclusivismo ditos autênticos, estimulados de fora, —

PONTO DE VISTA SINDICAL
R. Freitas



material, política e ideologicamente — pela social-democracia e pela democracia cristã. Por isso, apesar das dificuldades, a ação unitária vai se impondo como o terreno em que o movimento sindical exerce todo o seu poder e sua capacidade política.

Várias questões estão na ordem do dia e pedem posições claras no movimento sindical. A retomada da mobilização pelas diretas-já. Porém, deverá ocupar o centro da reunião. A vida mostrou que com as frações do quadro evolui a favor dos interesses populares e sindicais — e contra os conchavos, acordos, entendimentos ou outro nome que venham a ter as tentativas de achar uma saída sem povo para o impasse atual.

Depois do 25 de abril, os setores liberais tentaram de todo jeito achar uma área de entendimento com o Planalto e o PDS, esvaziando para isso qualquer tentativa de volta às ruas. Não deu certo. As fraturas nas altas esferas do poder, a piora das condições econômicas e sociais do povo, como Guariba exemplifica, e a crise sucessória, agora agravada com o avanço de Maluf, apontam para a volta das mobilizações populares. São elas que podem recolocar nos trilhos a questão sucessória.

O movimento sindical tem aí uma imensa responsabilidade perante a nação: a de empenhar-se com todas as forças no retorno à mobilização popular. Ele é uma força social considerável — congrega mais de 7 mil entidades classistas e milhões de trabalhadores em todo o país. Até agora, contribuiu positivamente para a campanha por eleições diretas, mas ainda aquém de suas possibilidades, muito aquém mesmo.

É hora de os sindicatos tomarem iniciativas próprias, intensificaram sua participação nos comitês pró-diretas e erguerem a voz em favor de novos atos públicos. De empenharem-se na organização prática desses atos. De fazerem gestões junto aos partidos, governadores e parlamentares que estão engajados na campanha. De colocarem em movimento as categorias que representam, nas fábricas, locais de trabalho e moradia. De promover articulações intersindicais para realizar ações em comum. De ajudar materialmente as diretas.

Greve geral não é nem panacéia, nem aventura

Uma das formas de luta que estará em debate na Plenária é a greve geral. Assunto da mais alta importância e relevo, deverá merecer uma discussão aprofundada. Uma greve geral, de um dia, contra o arrocho salarial e por diretas-já seria uma contribuição decisiva do sindicalismo brasileiro à continuidade da luta pela democracia.

A greve geral não é, como querem alguns, uma panacéia que resolve todos os males. Coloca-se hoje como um passo a mais na marcha do povo rumo à liberdade; e uma forma de temperar as forças do proletariado e dos demais trabalhadores para outras batalhas que inevitavelmente virão.

Também não há por que ver na greve geral uma aventura, dos que só querem "ver o circo pegar fogo". No longo combate dos brasileiros por liberdade, independência e progresso, as formas de luta decorrem essencialmente da resistência oposta pelos setores retrógrados. Hoje, o obstáculo principal é um regime militar que, mesmo desgastado e dividido, fez-se de surdão ao clamor pela democratização e usa as vacilações na oposição para manobrar e postergar seu fim. Isso impõe não só a retomada, mas formas mais altas de ação do povo. É sob este prisma que se deve discutir e, caso haja condições, aprovar e deflagrar a greve geral.

Outras questões estarão em pauta: a candidatura única das oposições; o programa mínimo deste candidato; a realização de uma Convenção Nacional suprapartidária, democrática e popular, na qual se referenciar tal candidatura. A opinião da Plenária sobre estes temas terá peso.

Qualquer saída que não acate a vontade da imensa maioria, sintetizada no grito "diretas-já", não será solução e sim complicação. O movimento sindical tem hoje a oportunidade histórica, ímpar, de ajudar com decisão um novo auge do combate popular. É o que esperamos.



Exportações brasileiras: o dobro de mercadorias, pelo mesmo preço

Olinda e Recife realizam novos atos pró-diretas

Dois comícios pelas diretas foram realizados em Pernambuco: dia 9, no bairro de Ouro Preto, Olinda, convocado pela Associação de Moradores, Comitê Pró-Diretas e Cecop, com a presença de 2 mil pessoas; e dia 10, no Largo da Casa Amarela, Recife, com a participação de 3 mil populares. Os atos demonstraram o desejo de retomada da campanha pelas diretas pelos pernambucanos. Conjuntos musicais (Wilton Rosenberg e Seu Conjunto) fizeram o lançamento do disco "Serenatas da América", quadrilhas juninas e muita alegria deram o tom do comício de Ouro Preto.

No Largo da Casa Amarela, políticos como Jarbas Vasconcelos, Miguel Arraes, Marcos Freire, Marcus Cunha, o deputado estadual Luciano Siqueira e Alanir Cardoso, da Comissão pela Legalidade do PC do B, discursaram em defesa das diretas-já, condenando o Colégio Eleitoral. Entidades populares democráticas também compareceram, levando faixas e cartazes. Os professores da rede particular de ensino, que estão em greve, fizeram-se representar por seu Sindicato. Todos os partidos de oposição prestigiaram o ato, inclusive o grupo pró-diretas do PDS. (sucursal).



Parada dos professores, Belo Horizonte: Sindicato presente

Princípios

O INSTITUCIONALISMO CONSTITUCIONAL REVOLUCIONÁRIO

O PLEBISCITO E O REFERENDUM

O MARXISMO REVOLUCIONÁRIO E SOCIAL

O PAPEL SOCIAL DA REVOLUÇÃO

EDITORA ANITA GARIBALDI

COMPRE, LEIA E DIVULGUE A REVISTA PRINCÍPIOS

O trotsquismo — corrente política contra-revolucionária: artigo do veterano dirigente comunista João Amazonas criticando, de um ponto de vista marxista-leninista, as teorias falsas de Trotsky e seus seguidores.

Em defesa da liberdade: discurso histórico de Maurício Grabois contra a cassação dos mandatos dos deputados comunistas em 1948.

O papel social da arte progressista: informe do eminente teórico marxista-leninista Andrei Zhdanov, companheiro de Stálin, no curso de um amplo debate na União Soviética, no imediato pós-guerra, sobre a arte.

Pedidos à Editora Anita Garibaldi Ltda., com envio de cheque nominal no valor de Cr\$ 2.000,00.

ATENÇÃO: Novo endereço da Editora Anita Garibaldi — Av. Brigadeiro Luis Antônio, 317, sala 43 - CEP 01317 - fone: 34-0689.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Constituinte e diretas já

Diante do impasse político atual, fortalece-se a ideia de convocar uma Assembleia Constituinte. O governo, para sabotar esta exigência, tenta aprovar o tal "emendão" de Figueiredo no Congresso. Certos setores da oposição burguesa ensaiam apresentar a Constituinte como uma alternativa às diretas-já. O proletariado defende as diretas-já, o fim do regime a convocação de uma Constituinte livre e soberana.

LIBERDADE POLÍTICA

Quanto à importância desta palavra de ordem, básica para a concretização das liberdades democráticas, Lênin esclarece: "Quem quiser chegar ao socialismo por outro caminho que não seja a democracia política, chegará inevitavelmente a conclusões absurdas e reacionárias... Tentar organizar centenas de milhares de operários em toda a Rússia, difundir entre milhões a simpatia pelo nosso programa... vereis imediatamente que alcançar esta organização, difundir esta educação socialista, depende da realização mais completa possível das transformações democráticas".

Ao mesmo tempo que chama atenção para a necessidade das conquistas democráticas, Lênin adverte a classe operária para as limitações da burguesia que, pressionada pelas massas, "caminha coxando atrás da revolução". Mesmo quando eleva o alvo de suas palavras de ordem, visa a "alguns graus abaixo do que realmente é a verdadeira luta revolucionária e a verdadeira liberdade". No caso atual, imprensada entre a ditadura e o ascenso das forças populares, a oposição burguesa tende para a conciliação, buscando um acordo com o poder dominante.

COMO CONVOCAR

Cabe então o alerta de Lênin: "As palavras que falam de 'uma Assembleia Constituinte eleita por todo o povo' serão vazias se esta Assembleia, tendo em vista as condições reais existentes, durante as eleições e a agitação eleitoral, não for capaz de expressar a vontade do povo e se não tiver força necessária para constituir, por si e perante si, a nova ordem. O centro de gravidade desloca-se, agora, da convocação da Assembleia Constituinte para os métodos que se empregam para a convocar" (grifo meu).

Assim, a palavra de ordem diretas-já não pode ser substituída por Constituinte-já. Uma Assembleia convocada pelo governo atual, sob a legislação antidemocrática em vigor — basta falar da Lei de Segurança Nacional — só poderia resultar numa farsa. No máximo a oposição burguesa conseguiria alguns recuos dos atuais detentores do poder, deixando o povo de fora. Seria um convívio entre as elites, que sempre entram em cena quando os trabalhadores se levantam em luta.

NOVO GOVERNO

A mobilização das massas, nas fábricas, nos bairros, nas fazendas, nos povoados, e nas ruas — dando mais vigor aos grandes comícios e preparando a greve geral — é que pode empurrar a frente única democrática rumo a uma Constituinte de fato soberana. Para isto, ela terá que ser convocada por um novo governo, que represente as correntes democráticas e o movimento popular.

É de se prever ainda que surja nas forças populares a velha dúvida: lutamos pelas diretas-já ou pela Constituinte? Pelas duas coisas, que se complementam. Pelas diretas-já como forma concreta para pôr abaixo o regime militar e conquistar um governo democrático. Por uma Constituinte convocada por um governo que garanta a mais ampla liberdade política, liberdade de organização para todos os partidos políticos e liberdade de agitação das mais diversas plataformas. (Rogério Lustosa)

OPINIÃO

Lênin e a imprensa

S o pode despertar alegria e entusiasmo o avanço dos jornais de fábrica para quem, como a Tribuna Operária, defende o presente e o futuro das massas trabalhadoras. Lênin, o grande mestre da imprensa proletária, já sublinhava: "As revelações sobre a vida das fábricas são necessárias e importantes, isso reconhecemos melhor do que ninguém".

O líder da Revolução Socialista de Outubro demonstrou também porque dava importância a existência de um jornal político nacional. Mostrava que, "para conhecer a si própria, de fato, a classe operária deve ter um conhecimento preciso das relações recíprocas de todas as classes da sociedade contemporânea, conhecimento não só teórico mas fundamentado na experiência da vida política".

Lênin explicava ainda, com um exemplo vivo e compreensível, a relação entre o jornal de todo o país e o trabalho local do movimento operário. "A elaboração de um jornal político para toda a Rússia — dizia — deve ser o fio condutor. Quando os pedreiros colocam em diferentes pontos as pedras de um enorme edifício, de linhas absolutamente originais, estão em um fio que os ajuda a encontrar o lugar justo para as pedras, que lhes indica o objetivo final de todo o trabalho, que lhes permite colocar não apenas cada pedra, mas até cada pedaço de pedra que, cimentado ao que o precedeu e ao que o sucede, formará a linha definitiva".

Estas palavras, do livro "Que Fazer?", de 1902, guardam, entretanto, enorme atualidade para se compreender a relação entre os diferentes órgãos da imprensa operária no Brasil de hoje.

Crescem os jornais de fábrica



Depois de 21 anos, greve na Motorádio. O jornal de fábrica cumpriu seu papel.

Os jornais de fábrica que começam a aparecer em algumas importantes empresas metalúrgicas de São Paulo são uma arma importante do movimento operário. Sua experiência, ainda pequena mas rica em ensinamentos, mostra como eles ajudam a enfrentar a feroz opressão patronal que impera dentro das empresas criando uma realidade nova.

Os jornais de fábrica são quase tão antigos quanto a grande indústria. Existem no mundo inteiro. No Brasil, ganham força sempre que o avanço da luta operária e a situação política permitem. Mesmo depois do golpe de 1964, em 1967-68, surgiram vários deles em Belo Horizonte e Contagem, São Paulo, ABCD, Osasco e outras áreas industriais. Morreram nos anos tenebrosos do Ato-5 porém brotaram de novo após a safra grevista de 1978. Hoje existem vários além dos que citamos neste artigo. Cada jornal surge de uma realidade própria, mas há também pontos em comum.

CHOQUE DE CLASSES

A fábrica é a célula básica do capitalismo. Ali os operários ganham o pão-de-cada-dia, e ao fazê-lo produzem a mais-valia — a parte do trabalho que não é paga ao trabalhador. Ali se opera, desta forma, o aparente milagre do lucro — razão de ser do capitalismo.

É também na fábrica que se dá o choque direto entre o capital e o trabalho. O interesse patronal é aumentar ao máximo a taxa de mais-valia e a massa de lucros. Os trabalhadores resistem. Assim, o movimento operário nasce das fábricas. Por isto um sindicato só é forte quando tem alicerces bem fincados nas empresas; e um partido autenticamente operário precisa estar plantado dentro delas.

Para os patrões isso é intolerável. Pela lógica deles, já que a empresa lhes pertence tudo que acontece nela depende da sua vontade. Vigora nas fábricas uma verdadeira ditadura contra os operários, que passam dentro delas boa parte de sua existência. "Dentro da fábrica os chefes impõem um clima de medo" — atesta um trabalhador da Mapi.

SÓ PRODUIZIR

Para o patrão, o operário ao menos quando está na fábrica, só "tem direito" de produzir. Não pode trocar idéias, ler, lutar nem pensar durante o tempo em que sua força de trabalho foi vendida a ele, patrão.

É evidente que tal ponto de vista se choca com os interesses mais elementares dos operários. Surge daí uma luta inconciliável, de classe, que tem momentos mais ou menos agudos mas não pára nunca, por liberdade dentro da empresa: pelo direito de opinião, expressão, reunião; pelo direito de greve; pelo reconhecimento e livre atividade das comissões de fábrica; pelo acesso do sindicato à empresa; contra as perseguições, transferências e demissões arbitrárias de ativistas operários.

O jornal de fábrica joga um papel de peso nesta luta. Primeiro porque escapa do controle patronal. Pode surgir de uma mobilização intensa, como na Mafersa, ou da iniciativa de uns poucos trabalhadores como na Eriez. Além disso, é por si só um eficiente organizador. Transforma os laços espontâneos, baseados na amizade, num início de organização.

MAIOR CONSCIÊNCIA

A coleta de dinheiro, de denúncias, a discussão sobre o que deve sair no jornal, o conteúdo e a forma dos artigos, a distribuição compõem um ciclo. Quando ele se repete duas, três, muitas vezes, aumenta o nível não só de consciência mas também de organização e de luta. Na Motorádio aconteceram duas greves depois que A Rádio Operária foi lançada; e mais de 60 metalúrgicos foram organizados pela empresa para o comício do Anhangabaú pelas eleições diretas.

Não é fácil fazer o jornal, sobretudo o primeiro número. Os operários da Mapi contam como foi duro escrever os artigos. Ninguém tinha prática. Mas as idéias quando estão no papel também se organizam, ficam mais claras. E ao chegarem ao leitor se transformam em força, em luta.

Os patrões costumam se enfurecer com o jornal. A ditadura na fábrica mostra as garras, como na Eriez: "Os chefes não aceitam conversas, rodinhas, mesmo dos aceitamos. Nunca teve guarda dentro do banheiro e agora tem. Ele fica espiando até o cara tomar banho. É humilhante" — conta um operário. Mas isto é compensado de sobre pelos resultados positivos. "Eu comparo a repercussão do jornal — avalia um trabalhador da Mafersa — à repercussão que teria se o Coríntians fosse campeão. Você vê a peçonhosa falando: 'Cuidado com O Trem que ele te pega!' — é só o que você ouve se a chefia pisa na bola".



Mafersa - 1.150 metalúrgicos

"O primeiro jornal dos operários da Mafersa foi lançado em 1981. Estávamos em luta contra a privatização da Mafersa, que é estatal. Nas várias reuniões a gente viu que precisava formar uma consciência operária. Daí surgiu a ideia d'O Trem, que falava dos nossos problemas internos, tinha uma página dedicada ao Sindicato, outra à política. A partir da experiência da Mafersa, que era a fábrica mais organizada da região, a ideia se espalhou.

"Tínhamos vários problemas, o convênio médico, a venda da empresa. Tínhamos que espalhar nossas opiniões para toda a fábrica e isso só com um jornal. Reunimos a turma e demos responsabilidades, cada um ficou de fazer uma matéria, mesmo tendo dificuldade. Para arrecadar dinheiro não passamos lista, pois o pessoal tem medo de assinar papel. Lamos nos amigos, falando que o jornal ia custar tanto, e todo mundo contribuiu.

"Depois houve uma desarticulação, com a demissão de ativistas, inclusive de chefes que tinham estabilidade. Agora a coisa está melhorando de novo. O terceiro número, este ano, saiu melhor. Veio com mais denúncias, críticas aos chefes que são puxa-sacos dos patrões. O pessoal se interessa, o fato de citar nome dos puxa-sacos chama muita atenção.

"Devido à repressão interna, a distribuição do jornal é feita por fora, por amigos. Por dentro, por mais bem feita que seja a distribuição não consegue atingir o conjunto da empresa, se você quiser atingir fatalmente é descoberto. Daí vem a demissão, a maior arma do patrão. Mas à medida que a gente avança, vai ficando mais forte. Nosso objetivo é discutir O Trem seção por seção, organizar ao máximo os companheiros, até a gente legalizar a Comissão de Fábrica. Depois nós vamos exigir que as reuniões sejam feitas dentro da fábrica e o jornal será entregue seção por seção pelos companheiros da Comissão que terão estabelecido.

"A contribuição financeira é um avanço. O próprio companheiro tem que contribuir, é uma forma dele participar, se sentir responsável pelo jornal. Ele dá Cr\$ 100, Cr\$ 200 e já se sente dono do jornal.

"Depois do jornal a repressão aumentou. A chefia passou até a apontar o banheiro que cada um devia usar, para evitar rodinhas. Mas nós não vimos um jornal jogado fora. Todo mundo levou para casa.



Eriez - 400 metalúrgicos

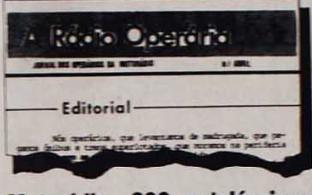
"Também deu muita discussão sobre a importância das eleições diretas-já. O pessoal da fábrica é muito politizado, não tem um a favor deste governo, e a matéria sobre as diretas-já causou grande discussão."

"Quando surgiu o jornalzinho da Mafersa, sentimos a importância do instrumento e daí lançamos O Imã. Não foi um negócio feito na marra. Na época nós vivíamos um processo rico no interior da fábrica, travando lutas contra alguns problemas e pela eleição da CIPA. O Imã contribuiu muito. Por falta de experiência a organização, não continuamos. O pessoal vivia reclamando, perguntando quando ia sair o próximo. Agora, nós lançamos o terceiro número.

"No início nós reunimos apenas três operários. O dinheiro para o primeiro número saiu do bolso destes três. Depois muita gente quis contribuir, com o segundo número, queria fazer denúncias contra chefes, falar das coisas erradas na firma. Daí vários já deram dinheiro e cobraram a saída do jornal. A gente conversava com os amigos, boca em boca. Se abrisse mais, corria o risco do chefe descobrir e o jornal não sair.

"Na feitura das matérias participam menos pessoas, o pessoal tem dificuldade de escrever. Nós fazemos várias discussões. Muitas denúncias foram colhidas, mas nós também tivemos o cuidado de confirmar, ver se era isso mesmo. Senão o pessoal vê que há mentiras e não acredita mais.

"O que o pessoal gosta mesmo é ver denúncias das sujeiras, mas a gente ainda tem pouca experiência para pegar as denúncias. Conforme o jornal for trazendo mais operários, daí vai ficando melhor. Bom. Sair uma matéria sobre insalubridade no trabalho que incentivou o pessoal a participar das reuniões para discutir o problema."



Motorádio - 800 metalúrgicos

"A Motorádio é uma multinacional japonesa e não dá liberdade alguma. Até há pouco nós não tínhamos nenhuma organização e quando vimos o jornal da Mafersa vimos que ele é uma maneira dos operários se organizarem, discutirem os problemas, os atrasos constantes de salários, a discriminação e humilhação das mulheres.

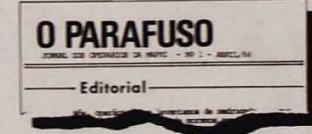
"No primeiro número a gente fala da importância da CIPA, que até aquele momento era feita pelo 'Colégio Eleitoral' dos patrões. Eles mesmos escolham. Com a ajuda do jornal conseguimos uma vitória na CIPA, elegemos companheiros comprometidos com nossa luta. Vimos que o jornal é uma importante arma, que nós não podemos mais deixar de usá-la.

"O primeiro número foi bem mais difícil de sair. Não tinha dinheiro, nem matéria, não tinha organização. Já o segundo foi mais fácil. Nós já fomos nas pessoas certas. Deles dependeu a contribuição, a elaboração.

"O patrão não gostou. Disse que quando distribuírem o segundo número vai chamar a polícia. Isto mostra que o jornal é importante: aquilo que é ruim para o patrão é bom para o pelo.

"Depois do jornal a situação começou a melhorar, até greve a gente já fez. Depois de 21 anos de existência no Brasil, foi a primeira vez que a Motorádio parou, devido ao atraso de pagamento. Com a greve o pagamento saiu na hora e aumentou nossa força. O pessoal quer que o jornal também diga o que é pra gente fazer caso atrase novamente o pagamento. Quer saber como agir. "Se atrasar o pagamento nós vamos parar de novo" — esta vai ser a orientação.

"Após o diretor do Sindicato na área vinha à porta da fábrica, convidava para as reuniões e nunca ia ninguém. Agora tem participado mais gente. Tudo isto começou depois que saiu o jornal, o que mostra que é a melhor arma que a gente já encontrou. O jornal pegou na fábrica."



Mapi - 1.700 metalúrgicos

"Desde 1982 nós conversamos com vários companheiros, arrecadamos dinheiro, mas o jornal não saiu. Pegar dinheiro é mais fácil, tem tanto problema quanto o pessoal quer ver denunciado... Para fazer as matérias já é mais difícil, ninguém tem prática. Agora, o primeiro jornal saiu e foi um sucesso em toda a fábrica, que cobra o segundo número. Hoje já tem pessoas que toparam dar até Cr\$ 2 mil para financiar o jornal.

"O pessoal ajuda com dinheiro, mas tem medo de fazer as denúncias, ficar visado. O nosso jornal só saiu porque a gente já tem um trabalho dentro da fábrica, tem muitos amigos. O pessoal confia na gente, sabe que a gente não caiu de pé para-quebras, não quer fazer nenhuma aventura. Daí ele dá o dinheiro, faz as denúncias, tudo às escondidas. A própria situação, com o desemprego ameaçando as pessoas, pede modo. A única forma de driblar o problema é ter amigo na empresa.

"Tudo é feito em silêncio: nós reunimos depois do trabalho, cada setor coloca seus problemas, dividimos o trabalho. É preciso muita paciência. Até a diferença dos horários, os turnos, atrapalha nossas reuniões.

"Como foi o primeiro número d'O Parafuso, ainda não deu para sentir a reação. Ela não foi imediata porque o pessoal não tem recio de falar e entregar o ouro ao bandido. Outro dia, na hora do café, vieram perguntar o que eu achei e eu não falei nada, receoso da delação. Agora, apesar de ninguém elogiar está todo mundo esperando pelo segundo.

"Como tinha uma denúncia sobre o ambulatório, você vê o pessoal comentar: 'O Parafuso deu uma apertadinha de leve, tem que apertar com mais força para ver se os médicos criam vergonha'. Poucos dias depois houve uma melhoria, o que animou o pessoal. Isto deu uma ideia de vitória, deu maior respaldo para o jornal. O pessoal ganhou coragem, inclusive passou a ler o jornal dentro da fábrica, na cara dos chefes. Avançou nossa organização e já estamos negociando, junto com o Sindicato, o reconhecimento da Comissão de Fábrica.

"Os chefes estão loquinhos para saber quem fez o jornal. Vivem perguntando nas seções, até promessas fazem para quem delata. Como trazia críticas à repressão interna, dizem no calo deles."

Servidores param contra o arrocho

A quase totalidade do funcionalismo público federal do Rio Grande do Sul e Santa Catarina está em greve. O movimento paradedista poderá se alastrar para outros Estados, pois diversos setores dos servidores já estão paralisados nacionalmente. Professores e servidores das universidades federais autárquicas foram os primeiros a parar, há um mês.

No dia 12 de junho, houve manifestações dos grevistas em vários Estados. Em Brasília, professores, funcionários e médicos residentes fizeram uma passeata com faixas e cartazes, do Congresso Nacional até a porta do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Na volta, os grevistas e parlamentares foram interceptados por tropas da PM. No mesmo dia, em Porto Alegre, cerca de 1.200 servidores federais que estão paralisados em todo o Estado queimaram em um ato público um boneco de Delfim Netto e desenhos da ministra Esther Ferraz, e pediram "Diretas-já". Em São Paulo, 200 médicos residentes fizeram manifestação em frente à Assembléia Legislativa.

Os vários setores do funcionalismo público têm como principal ponto de suas reivindicações a luta contra o achatamento salarial, que aumentou no ano passado com as medidas de arrocho preconizadas pelo FMI. Enrocho a inflação expurgada de 1983 foi de 171%, os servidores federais tiveram um reajuste de apenas 65% em janeiro último. Diante da insensibilidade do governo federal às suas reivindicações, os funcionários optaram pela greve. Os primeiros a paralisar o trabalho foram os professores das universidades federais autárquicas (veja box).

Nem todos os setores do funcionalismo público federal mostraram a mesma organização e mobilização dos funcionários das autárquicas. Somente no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e interior do Paraná, a greve atingiu praticamente a totalidade da categoria. Os postos do Inamps de 44 municípios do interior gaúcho e os 14 da capital estão paralisados. Em Florianópolis, diariamente são feitos piquetes nas portas das repartições. Em São Paulo, houve uma assembleia dia 9, na qual se acertou nova assembleia para dia 15 e se discutiu uma paralisação no dia 19.

Esse é o terceiro grande movimento envolvendo os servidores federais nos últimos anos. As principais reivindicações agora são: reposição salarial de 64,8% a partir de janeiro e reajuste semestral com 100% do INPC. (das sucursais)



Assembleia em São Paulo avalia as condições para a greve

Greve pela defesa da Universidade

A 15 de maio, os 35 mil professores das universidades federais autárquicas do país iniciaram a paralisação. Uma semana depois, os funcionários destas universidades também aderiram à greve. No dia 30 de maio, os 7.500 médicos residentes — que têm sua remuneração fixada pelo MEC — paralisaram nacionalmente, reforçando o movimento dos servidores. Além da questão salarial, esta greve assumiu um caráter de defesa da Universidade pública e gratuita, ao exigir mais verbas para a Educação.

A mobilização nacional incentivou os outros setores do funcionalismo público — como os da Previdência Social — a fazerem uma paralisação geral. Para fortalecer o seu trabalho e já que as reivindicações básicas eram as mesmas, as entidades nacionais dos docentes universitários (Andes), dos servidores das universidades (Fasbra) e dos médicos residentes (ANMR) organizaram um comando unificado em Brasília, o qual, com o apoio de outras entidades e de parlamentares, está pressionando o governo para abrir negociação.

Antes de tudo esta greve visa à defesa da Universidade para que professores, servidores e médicos residentes tenham salários justos e condições de trabalho dignas. Verbas existem, dizem os grevistas, mas estão sendo desviadas para cobrir os rombos dos escândalos financeiros. O orçamento da União de 1984 destina à Educação

apenas Cr\$ 1,8 trilhão, quando deveria destinar Cr\$ 2,8 trilhões de acordo com a emenda João Calmon, aprovada pelo Congresso.

A greve é uma forma de reverter esta situação. Os professores das universidades federais autárquicas fizeram um levantamento sobre a perda do poder aquisitivo de seus salários nos últimos 13 anos e constataram que somente em 1981 e 1982 ela se manteve estabilizada, graças aos reajustes obtidos com as greves nestes dois anos. Jair da Silva, do Sindicato dos Médicos de São Paulo, afirma que uma vitória completa só virá com o fim desse governo: "Por isso, o movimento está totalmente engajado na luta pelas diretas-já".

Jornalistas goianos fazem protestos contra demissões

Os jornalistas goianos, tendo à frente o seu Sindicato, realizaram no último dia 8, em Goiânia, uma manifestação em frente ao jornal Diário da Manhã, em protesto às demissões ocorridas na empresa e à falta de pagamento dos profissionais que lá trabalham e dos que foram demitidos. Os jornalistas, numa carta aberta à população, denunciaram a sua situação como uma tragédia que não tem espaço na imprensa, pois "a nós é vedado o direito de expressão".

Mais de 500 jornalistas, gráficos, motoristas e funcionários administrativos foram demitidos pelo Diário

da Manhã nos últimos meses. A maioria desses funcionários teve seus direitos trabalhistas desrespeitados, sendo coagida a aceitar "acordos" espúrios e humilhantes.

Postados de frente ao Diário da Manhã com faixas e cartazes, os jornalistas pediam aos motoristas que passavam em frente ao jornal que buzinassem seus carros em sinal de apoio à luta da categoria. Ao mesmo tempo batiam painéis e latas, numa estridente "sinfonia do desespero". Uma criança trazia um cartaz: "Paguem o meu pai". (da sucursal).

Ameaça no emprego dá greve nos metroviários cariocas

Diante da ameaça de corte de 362 funcionários com situação irregular, os metroviários cariocas decidiram paralisar suas atividades por 24 horas no dia 19 de junho.

Outros dois pontos por que os empregados do metrô lutam é a não-modificação da data do pagamento e o cumprimento de cláusulas do acordo coletivo.

Foram escolhidas na assembleia duas comissões: o comando de greve e a comissão de negociação para tentar um entendimento com a Companhia do Metrô e com o governo estadual. (da sucursal).



Luiz Peixoto explica como foi o seu seqüestro numa assembleia.

Líder de bairro seqüestrado pelo governo da Paraíba

O governador da Paraíba, Wilson Braga, descontente com a atuação destemida do secretário da Associação dos Moradores Integrados de Gauchinha — Amiga —, Luiz Peixoto, mandou três capangas seqüestrá-lo, dia 2. Os homens, armados, apareceram na janela onde Luiz mora, dizendo que estavam a mando da esposa do governador, Lúcia Braga. A Associação há tempos vem criticando a política demagógica executada por Lúcia.

que promete mundos e fundos e tenta desmoralizar as organizações populares.

Luiz Peixoto foi levado ao aeroporto de João Pessoa, onde lhe esperava o governador, que o ameaçou caso chegasse perto de sua esposa. Mas este ato de banditismo não intimidou o secretário da Associação, que na mesma noite recebeu o apoio de diversas entidades de bairros e sindicais. (da sucursal)

Metalúrgico de Campinas vota contra pelego e divisionismo

De 2 a 5 de julho, serão as eleições para a escolha da nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e região. Três chapas estão concorrendo: a Chapa 1, do pelego Cid Ferreira, atual presidente do Sindicato; a Chapa 2, de oposição, composta por operários que organizaram comissões nas grandes fábricas (Bosch, Mercedes, Bendix, Ibat, Solina, Eletrometal); a Chapa 3, composta pela Pastoral Operária e por elementos que estão fora das grandes empresas, e que expressa uma política divisionista,

negando-se a somar forças com o conjunto das oposições.

Para José Rodrigues de Faria, candidato a presidente da Chapa 2, "é preciso transformar o Sindicato em trincheira de luta contra o arrocho salarial, o desemprego e pelo fim do regime militar". João Mendes, candidato a secretário-geral pela mesma, argumenta: "Nosso inimigo é o Cid e o governo. É preciso unir todas as forças da categoria em torno de uma chapa de oposição para vencer". (da sucursal).

Funcionários capixabas param exigindo reajuste de 180%

Os funcionários públicos estaduais do Espírito Santo decidiram em assembleia realizada no Colégio do Carmo, em Vitória, dia 13, decretar greve a partir dessa data. O movimento é contra a proposta do governador que se mantém intransigente em dar um reajuste anual ao funcionalismo de 100%. Os grevistas querem 180% e a semestralidade.

(existem perto de 50 mil no total) e a palavra de ordem mais ouvida era: "100% não dá; semestralidade já!". Os professores, quase a metade da categoria, são os mais mobilizados, junto com os médicos e os funcionários do Instituto Jones Santos Neves. Todos os setores do funcionalismo estão representados no Conselho de Entidades de Servidores Públicos Estaduais. (da sucursal).



A TO é lida em Garanhuns

A Tribuna Operária leva a informação sob um ponto de vista de classe a todos os Estados. Faça sua assinatura na página 9.

Cresce luta por democracia na Unesp

Estudantes e professores da Unesp — Universidade Estadual Paulista — realizaram durante as férias o 1 Congresso Universitário, prosseguindo a luta que já dura 6 meses pelo empossamento de William Saad Hosne, o reitor eleito democraticamente no final do ano passado. A mobilização vem crescendo e já passou por manifestações públicas nas 13 cidades onde há escolas pertencentes à Unesp, caravanas a São Paulo, ocupação da reitoria e de diversas diretorias, e greve.

professores, funcionários e alunos, os três setores que compõem a Universidade, coloca em xeque um dos sustentáculos da política reacionária do regime para o ensino superior: o direito concedido exclusivamente ao presidente da República (ou ao governador do Estado) de nomear o dirigente máximo universitário.

Das três universidades públicas de São Paulo, a Unesp é a mais antidemocrática e estagnada: mais da metade dos 36 membros do seu Conselho Universitário, uma espécie de Poder Legis-

lativo, é nomeada pelo reitor, que, assim, detém, o controle absoluto. Não há nenhum aluno neste órgão, contrariando a própria lei federal. Representando a "sociedade" participam membros das federações patronais da Indústria, Comércio e Agricultura. Inúmeros professores foram demitidos e alunos expulsos por "inqueritos administrativos".

No ano passado, explodiu a luta pela democratização. Em vários campi, desenvolveram-se processos de eleição direta para reitor, nunca respeitados pela

reitoria; estruturou-se um fórum da Unesp, reunindo professores, estudantes e funcionários; foi reconstruído o DCE, que levou o nome da ex-diretora da UNE Helene Rezende, assassinada no Araguaia. Em novembro, realizaram-se eleições diretas para reitor, saindo vitorioso o professor Saad, cientista de renome.

O Conselho Universitário, bastante afluído ao poder e avesso a qualquer mudança democrática, não incluiu seu nome na lista sêxtupla enviada ao governador, preferindo professores sem qualquer expressão. Foi a gota d'água para a greve, que permanece até hoje. Embora se dispondo a ouvir as reivindicações da comunidade, o governo do Estado hesitou em adotar postura decidida ao lado da democracia. A vacilação terminou com o empossamento, como reitor provisório, de Manuel Nunes Dias, elemento ultra-reacionário.

Esse desfecho indesejável e imprevisto agitou a comunidade, que soube emprelar de forma ampla, tratando de isolar os verdadeiros responsáveis pelo impasse, as leis arbitrárias do regime e seus executores na Unesp: reitoria e Conselho Universitário. Com o Congresso, estudantes e professores prepararam-se para discutir um programa para a universidade a ser colocado em prática pelo próximo reitor. (Antônio Martins, vice-presidente da UEE-SP)



A polícia não intimidou os alunos da Unesp, que prometem prosseguir a mobilização

Mutuários não aceitam aumento de 191%

A Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro — Famerj — está convocando todos os mutuários a, novamente, moverem ação na Justiça para que o índice, que irá reajustar a maioria dos contratos a partir de 1º de julho, seja igual ao aumento de salário de cada mutuário. Tal reajuste será em torno de 191%, segundo anúncios oficiais. Assim, um trabalhador que ganha Cr\$ 200 mil por mês, tendo uma prestação de Cr\$ 50, terá de pagar Cr\$ 145 mil!

AUMENTO DE PROCESSOS

"Cerca de 32 mil pessoas encontram na Justiça do Rio contra o reajuste do ano passado. Este ano esperamos pelo menos o triplo de processos", diz o assessor jurídico da Famerj, Paulo Sérgio da Costa Martins, que acrescenta: "Calculamos existirem 160 mil processos em todo o país.

Are agora estamos ganhando. Nossa ação não é apenas jurídica. Ela tem fundamento político. O que os mutuários querem é uma nova política habitacional".

No dia 29 de maio, Dia Nacional de Protesto dos Mutuários, cerca de 5 mil pessoas concentraram-se de frente ao prédio do Banco Nacional da Habitação, no Rio. "Não aceitamos a política ditada pelo FMI!" — disse na oportunidade o presidente da Famerj, Rê Resende, prosseguindo: "O país tem um déficit de mais de 6 milhões de habitações, enquanto que os especuladores mantêm mais de 250 mil casas e apartamentos fechados. Milhares de famílias, talvez a maioria da população, vivem em habitações sem as mínimas condições de saneamento. Os recursos dos trabalhadores, do FGTS, são usados para acobertar escândalos financeiros. Quem

está pagando os rombos da Haspa, Delfim e Economia não são os especuladores, mas o povo".

Outro diretor da Famerj, Márcio Franco, explica que "dos 4,5 milhões de mutuários que existem em todo o país, mais de 600 mil estão com suas prestações em atraso há mais de seis meses. A política anti-social da habitação faz parte do sistema autoritário, centralizador e elitista em vigor. O uso do solo, as prioridades de investimentos, a autonomia dos municípios, a descentralização da administração pública e a eleição direta-já são questões que se relacionam com o problema da habitação. A busca de soluções para estes problemas revela a necessidade de profundas mudanças na estrutura social, econômica e política".

ENTIDADE SOCIAL

Nelson Nahoun, vice-

presidente da Famerj e incentivador de diversas associações de moradores da Baixada Fluminense, defende a transformação do BNH em entidade social, com eliminação dos atravessadores (agentes financeiros) e consequente redução das taxas de juros. Ele acha que caberia ao Congresso Nacional a responsabilidade de fixar a política habitacional para o país: "É importante que a política habitacional seja formulada e controlada diretamente pelo povo, através de suas associações de moradores. É necessária e urgente a revogação da legislação autoritária que permite execuções e despejos sumários, sem que o morador tenha amplo direito de defesa. É preciso a melhoria da qualidade das construções e garantia de infraestrutura, como o saneamento" — afirma.

(da sucursal)



Trabalhadores vivem em casas de lona

Lavradores despejados continuam a luta pela terra em Ivinhema

"O objetivo nosso é ter terra pra trabalhar, e pretendemos pagar, com preço razoável, a prazo fixo. Se o governo tem terra, ele pode dar". A declaração é de um trabalhador rural de Ivinhema, Mato Grosso do Sul. Depois que foram despejados da gleba Santa Idalina, vários lavradores construíram uma cidade de lona numa área da Igreja próxima a Dourados.

Outros 50 trabalhadores acamparam em uma praça em Campo Grande, capital do Estado. O governador Wilson Martins (PMDB) chegou a visitá-los no local e prometeu-lhes terra. Mas no dia 7 último a polícia invadiu a área, derrubou os barracos e exigiu que saíssem do local. Os lavradores, porém, não arredaram da praça — até o dia 11 ainda estavam lá.

Enquanto isso os trabalhadores que ficaram em Dourados promoveram atos públicos exigindo a terra para trabalhar e morar. Nas manifestações, homenagearam os que morreram na luta pela terra, como Joaquim das Neves (advogado), Clemente de Oliveira, Manoel Ricardo da Silva e Manoel Ricardo da Silva Júnior, Daimir Nascimento, e o índio Marçal de Souza.

Em suas mobilizações, os lavradores contam com a solidariedade de entidades populares e democráticas, e da Igreja. O deputado federal Sérgio Cruz (PMDB) também apoia os sem terra: "se o pessoal continuar unido, poderá conseguir a terra", diz ele. (Damárci da Costa, Dourados)

Trabalhadores lutam contra o latifúndio em Jataí e Mineiros

Uma caravana composta por 210 trabalhadores rurais dos municípios de Jataí e Mineiros esteve em Goiânia no último dia 11 para reivindicar do governo estadual terra para plantar. Portando faixas e cartazes, os trabalhadores realizaram uma manifestação em frente ao Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás, Idago. Depois foram recebidos pelo governador Iris Rezende, que se comprometeu a atender diversas reivindicações dos trabalhadores. Mas segundo Durval Fernandes Mota, assessor do Idago, "por mais que o governo se esforce não será através de ações discriminatórias que se resolverá o problema dos sem terra. Este é um problema político. Por isso é necessário lutar pela conquista das diretas-já, para elegermos um novo governo que tenha compromisso com os trabalhadores e que faça a reforma agrária".

A concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários em Jataí e Mineiros é brutal. Em Jataí os estabelecimentos rurais de Brasil Carvalho, Agropecuária Rio Paraiso, Otávio Junqueira e Mário Costa Lima, somados ocupam uma área de 69 mil hectares. Em contra partida, cerca de 4 mil trabalhadores não têm "ao menos um litro de terra para plantar mandioca".

VIOLÊNCIA POLICIAL

O secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí, Osmar Batista da Silva, contou à TO que são constantes as violências contra os lavradores, por parte de fazendeiros, jagunços e policiais. "Há poucos dias um trabalhador rural foi preso dentro do Sindicato. Eu mesmo já fui ameaçado dentro dessa casa do trabalhador".

Alfredo José dos Santos, casado e pai de 5 filhos, preso dentro do Sindicato declarou à TO: "A fazendeira Maria Aparecida Vilela queria que eu plantasse a meia. Como não aceitei acabaram me levando preso. Ai o Sindicato foi lá e me soltou".

Em Mineiros os trabalhadores enfrentam a falta de emprego. Nilton Carlos da Silva, casado e pai de 3 filhos, é um exemplo. Ele é operador de máquina pesadas, mecânico, motorista. Mas está desempregado há um ano e meio.

Os poucos posseiros de Mineiros estão sendo ameaçados pelos grileiros. É o caso do posseiro Raimundo Araújo, de 60 anos, que cultiva 4 alqueires e meio há 20 anos. Ele revelou à Tribuna que "o fazendeiro mandou o filho dele para me ameaçar com armas e jagunços. Eu coloquei um processo na Delegacia contra o jagunço. Mas o processo desapareceu. Se eu sair da minha posse só tenho um lugar para onde ir: o cemitério".

O presidente do Sindicato de Mineiros, Waldemar Rosa de Jesus, afirmou que "os lavradores necessitam solução imediata. A fome não espera. Por isso reivindicamos terra para plantar. E acreditamos na nossa luta". (da sucursal)

Violência contra a greve de Betim

A greve dos 10.800 metalúrgicos de Betim, em Minas Gerais, terminou na manhã de quarta-feira, dia 13. Um forte esquema repressivo foi montado nas portarias da Fiat e da FMB, com a tropa de choque obrigando os trabalhadores a entrarem na firma em fila indiana. Os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos foram impedidos de entrar na empresa e várias cartelas funcionais, principalmente dos ativistas, foram apreendidas.

Na noite de terça-feira o Tribunal Regional do Trabalho, por sete votos a seis, decretara a ilegalidade da paralisação, o que abalou o movimento paredista e facilitou a ação repressiva da polícia e dos patrões. Apesar disto, cerca de 400 operários que acompanharam o julgamento saíram do TRT gritando: "Legal ou ilegal, a greve continua".

Com o término da paralisação na manhã seguinte ficou uma lição para a arrogante multinacional italiana, dona da Fiat e da FMB: os operários não aceitam calados o archo salarial e o desemprego. A luta poderá ser retomada em breve: ou contra as demissões das lideranças do movimento, ou na próxima campanha salarial, que se inicia em agosto.

PASSEATA DE MULHERES

Um dos momentos mais emocionantes da greve ocorreu no dia 8, na Fiat. Pela manhã os grevistas pararam a fábrica no arrastão e depois do almoço realizaram uma passeata muito organizada, com faixas e bandeirolas a cada ala separada pelas cores dos macacões. A passeata terminou junto à cerca onde foi realizado um show, com a presença



Edmundo Vieira (acima), vice-presidente do Sindicato, fala aos grevistas; operários realizam passeata no interior da Fiat

de vários artistas solidários ao movimento, entre eles Titane, Rubinho do Vale e Tadeu Franco. O auge desta manifestação foi quando chegou a passeata das mulheres e filhos dos grevistas. Aos gritos de "Mulher de trabalhador quer mostrar o seu valor" e "A greve é legal, a fome é fatal", elas foram aplaudidas por mais de cinco mil operários.

Muita coisa mudou com a greve. Um operário da Fiat comentava, satisfeito: "No arrastão é que fui conhecer toda a fábrica. Trabalho aqui há muitos anos e só conhecia meu setor." Algumas dependências da empresa vão ficar marcadas na história da luta dos operários desta multinacional, como a área entre a prensa e a mecânica onde os grevistas se reuniam para iniciar as pas-

seatas diárias. O local foi batizado de "grevódromo". Já a rua do trajeto das passeatas foi batizada de "pátoese".

FIAT MOSTRA AS GARRAS

Desde o início da semana a multinacional italiana armou um forte esquema de pressão contra o movimento. A Fiat buscou em casa todos os chefes; na portaria foi afixada uma lista dos grevistas que não podiam entrar na firma e suas cartelas funcionais foram apreendidas. Ao final, dos 9 funcionários da empresa cerca de 3 mil ficaram de fora. Mesmo assim um grupo de operários, enfrentando toda sorte de intimidações, iniciou um fulminante arrastão a partir do "grevódromo".

Na FMB Produtos Metalúrgicos a pressão era idêntica. Vigilantes e diretores da empresa só permitiam a entrada de uma a um e obrigavam os que entravam a assinar um papel se comprometendo a trabalhar. A esmagadora maioria do 1.800 operários da empresa se recusou a entrar na firma.

Na terça-feira o esquema de intimidação foi ampliado. Os operários que não entraram na empresa se dispersaram e os que entraram não tinham claro o encaminhamento da greve, já que a assembleia da noite anterior tinha sido conturbada. Na manhã seguinte mais 100 lideranças foram barradas na porta das duas fábricas e várias cartelas funcionais foram apreendidas. Os que entraram na empresa retornaram ao trabalho. (da sucursal)

Chapa 2 agride metalúrgicos paulistas



O operário Gilberto Pereira teve a perna quebrada

Na noite do último dia 12, quatro ativistas metalúrgicos da capital paulista foram violentamente agredidos quando colavam cartazes da Chapa 1, Unidade na Luta, na rua

João Alfredo, em Santo Amaro. O operário Gilberto José, 30 anos, teve o dedo da mão esquerda deslocado e um ferrame no olho; Wilson Ribeiro, de 26 anos, ficou com ferimentos na cabeça e hematomas nas costas e no rosto, além "de roubarem meu relógio na hora da confusão"; o jovem Isac de Souza teve seu cotovelo e antebraço trincados, sendo engessado; e o pernambucano

José Feitosa, de 37 anos, foi ferido no braço e nas costas.

Desta vez a ação fascista não foi orquestrada pela polícia ou por terroristas de Maluf. Foi organizada por elementos da Chapa 2, que concorre às eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Numa operação covarde, cerca de 15 apoiadores da chapa agrediram os quatro operários usando canos de ferro e pedaços de madeira, além de pedras que quebraram o vidro de um carro estacionado perto. O bando foi liderado pelos próprios membros da Chapa 2, Cleodon Silva, Reny e Geraldo, e teve a participação de Elmo Bombardi, cunhado do encabeçador da Chapa 2.

Bastante machucados, os trabalhadores foram atendidos no Pronto Socorro Municipal de Santo Amaro. Segundo Gilberto, "nós es-

távamos colando cartazes num poste em frente a uma fábrica, quando chegou o Silva dizendo que ali não podia colar. Falamos que a rua é pública e que não aceitávamos provocações. Dai eles vieram pra cima com canos de ferro e pedaços de pau". A pancadaria só terminou quando um grupo de operários da fábrica em frente interfeiu, gritando que chamaria a polícia.

"Depois da pancadaria eu fui à sede deles, a uns 500 metros de distância", comenta Feitosa. "Encontrei o Silva e falei: 'Isso não é coisa de oposição, é coisa da ditadura. Nós não estávamos colando cartazes em cima dos seus e do poste é público. Quem usa essa pancadaria covarde é o regime, a ditadura militar. O Silva tentou jogar a culpa nos outros, mas todo mundo viu que foi ele quem dirigiu a ação'".

Chapa 1 contra a discriminação das metalúrgicas

As metalúrgicas paulistas sofrem grande discriminação nas empresas, a exemplo do que ocorre nas demais categorias: desde salários inferiores a seus colegas de trabalho, até dificuldades de profissionalização, falta de creches e as inevitáveis "cantadas" dos chefes. A Chapa 1, que concorre para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, tem propostas concretas para enfrentar estes problemas.

A Motorádio, que esteve em foco na semana passada devido à greve de seus operários, é um exemplo de discriminação das mulheres. No ano passado, por exemplo, as metalúrgicas eram obrigadas a mostrar o

modest todos os meses para a médica da empresa comprovar que não estavam grávidas. O Sindicato interveio, procurando organizar as trabalhadoras a partir da porta da fábrica. As mulheres se rebelaram e isso acabou. Mas o problema de

fundo persiste. Este ano os patrões resolveram pressionar as operárias a cortar cabelo e unha, a pretexto de segurança no trabalho. Foi a gota d'água para a greve que acabou com esse absurdo e obteve outras conquistas.

Nas Persianas Colúmbias as mulheres são tão oprimidas que é difícil conversar com elas na porta da fábrica. Ficam aterrorizadas com o desemprego. A mão-de-obra da empresa é constituída de 90% de

mulheres. A rotatividade é fantástica. A média de duração no emprego é de seis a sete meses, tempo de produção dos pedidos que a empresa recebe para exportação. Neste período o trabalho se estende pelo fim de semana e inclusive feriados, sem nenhum direito especial. No último mês 500 operárias foram demitidas. As faxineiras também foram dispensadas. E as metalúrgicas receberam a tarefa adicional de limpar a seção. O medo do desemprego faz com que acabem se submetendo à pressão.

Na Materazzo, há grande discriminação salarial. As mulheres operam máquinas, mas são registradas e recebem como ajudantes gerais. Na Metalgráfica Paulista existem muitas profissionais recebendo salário de ajudante. As vezes ocorre o inverso, as operárias não podem exercer suas funções. A própria diretora do Sindicato Nair Goulart trabalhava na Caloi na linha de montagem, embora seja controladora de qualidade.

São comuns as cantadas, a discriminação física. Se a mulher não aceita o "convite" do chefe é demitida antes de completar os três meses de experiência. Isto é muito comum na Petraco Nicolini, na Zona Leste. A diretora do Sindicato Maria Raimunda, a Mariazinha, foi demitida por esta razão: não aceitou a cantada do chefe Salvador.

MUDANÇAS DE ESTADO

Mas Nair e Mariazinha avaliam que este quadro vem mudando, in-

clusive com a interferência do Sindicato. Ambas consideram que "foi uma grande vitória a participação de duas mulheres na diretoria do Sindicato desde 1981". Isso contribuiu para ampliar a sindicalização de mulheres. "Já antes de entrarmos na chapa — lembra Nair — foi realizado o I Congresso da Mulher Metalúrgica em 1979, que tinha como objetivo ampliar a participação da mulher em sua entidade de classe, nas lutas da categoria e nas lutas específicas das mulheres". Nestes três anos, relatam Nair e Mariazinha, "fizemos dez cursos de sindicalismo para mulheres, com a participação de cerca de mil mulheres no total. Participamos organizadas das comemorações do Dia Internacional da Mulher. No VI Congresso da Categoria, em maio de 1983, tivemos a participação de mais de cem mulheres entre os 1.200 delegados. Este ano realizamos o I Encontro da Mulher Operária, juntamente com o Conselho da Condição Feminina".

Neste período, cresceu a participação das mulheres nas CIPAS, nas comissões de fábrica, nas greves. Na GTE, por exemplo, temos uma comissão de fábrica de mulheres."

E quais são as propostas da chapa? As duas respondem: "Vamos continuar defendendo os direitos das mulheres trabalhadoras. Batalhar para ampliar a participação das mulheres no Sindicato. E realizar o II Congresso da Mulher Metalúrgica no ano que vem. (Olivia Rangel e Altamiro Borges)



Sindicato nas Persianas Colúmbias, onde 90% dos funcionários são mulheres

Têxteis da Banylsa dão lição aos patrões

Os trabalhadores da Banylsa Teceagem do Brasil S/A, confiando no seu órgão de classe, o Sindicato, mais uma vez deram uma demonstração de que sabem qual o caminho mais consequente de fazer com que os patrões respeitem seus direitos, ou seja, a greve.

A primeira greve dos têxteis baianos depois de 1919 foi no dia 16 de novembro do ano passado, quando os trabalhadores da Banylsa, parados, conquistaram um acordo vitorioso. Com o passar do tempo os patrões tomaram fôlego e usando das mais variadas formas de repressão foram, aos poucos, descumprindo o acordo firmado. A repressão atingiu um nível tão alto que quase tornou-se impossível para a diretoria do Sindicato fazer distribuição de boletins, "pois os motoristas dos ônibus chegaram a receber ordens para passar por cima de nós", denuncia Braz Gonçalves, diretor do Sindicato.

Mas os trabalhadores aprenderam a importante lição do dia 16 de novembro e imediatamente opinaram pela greve. Por outro lado, os patrões, com medo das pressões, resolveram negociar na véspera da greve, que teve data marcada para o dia 8 de maio.

Assim, os operários tiveram uma expressiva vitória com a conquista do pagamento pontual dos salários, o fim dos atrasos na saída dos ônibus que os transportam, livre acesso dos dirigentes sindicais à fábrica, inspeção das condições de trabalho pela DRT acompanhada pelo Sindicato, além do fornecimento dos dados sobre a morte do funcionário José Marcelino dos Santos, ocorrida dentro da fábrica há mais de 2 meses.

Marcelino trabalhava com tricloroetano (trianilina) e a causa de sua morte ainda não foi conhecida, embora os pa-



trões o tenham encaminhado para o Instituto Médico Legal Nina Rodrigues como morte natural. Agiram dessa maneira porque sabiam que o tricloroetano uma vez que só é encontrado na urina, não seria encontrado na necropsia.

Trata-se de um produto usado em anestésicos e hipnóticos, podendo ser tolerado no organismo até produzir intoxicação crônica, o que confere ao indivíduo o aspecto de quem está drogado. "Por isso os agentes dos patrões estão espalhando

na fábrica que Marcelino era toxicômano", diz Daniel Gomes, diretor presidente do Sindicato. "E isso é contraditório — continua — já que Marcelino trabalhou na Banylsa e recentemente foi readmitido".

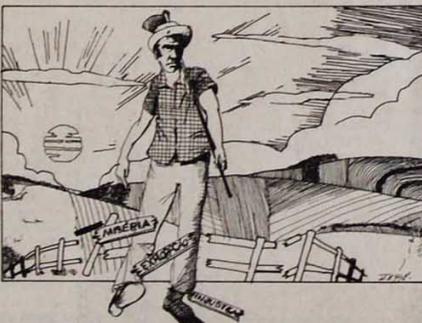
Nós, da diretoria do Sindicato, não admitimos tanta demora para se fazer exame de urina. E estamos tomando providências para que o caso fique esclarecido o mais rápido possível. (Maria Elizete de Souza — diretora do Sindicato dos Têxteis-Salvador, Bahia)

A greve de Guariba valeu

Há muito já se fala da caótica situação do trabalhador rural brasileiro. Os rumos da economia nacional nas últimas décadas forçaram os camponeses, sobretudo de nosso Estado, a abandonarem a terra, obrigando-os a viverem na periferia das cidades interiores, levantando de madrugada, tomando o carricão "caminhão da turma", comendo comida azeda e fria e enfrentando as trapaças do "gato" e a ganância dos donos da terra. Tudo isso configura um quadro explosivo que permite compreender perfeitamente o grau de tensão que existe nos bairros habitados pelos chamados trabalhadores volantes, sendo certo que pouco faltava para que se iniciasse um movimento como o que ocorreu.

A greve começou em Guariba. Inicialmente os trabalhadores rurais daquela cidade pararam o trabalho e foram à rua sem nenhuma pauta de reivindicações, mas sabendo que queriam uma vida melhor.

No dia 16 de maio, chegaram a Guariba onde juntamente com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de lá e com diretores da Fetaesp passaram a trabalhar para que o movimento prosseguisse mais forte, mais organizado. Nesse mesmo dia, os camponeses realizaram uma assembleia no Estádio Municipal, elegeram uma comissão de 15 trabalhadores que os representassem e apresentaram aos



usineiros um protocolo de 20 cláusulas reivindicatórias, tendo a classe patronal solicitado prazo de 5 dias para uma resposta.

No dia 17 realizou-se outra assembleia, que decidiu pela continuidade da paralisação, sendo que em seguida tiveram as negociações na cidade de Jaboticabal. Após 7 horas de reunião chegou-se a um consenso com o acordo que foi divulgado amplamente pela imprensa nacional, acordo que sem dúvida foi a maior vitória conquistada pelos trabalhadores rurais nos últimos 20 anos.

Agora, o cumprimento do acordo será fiscalizado pelos próprios trabalhadores, que ao aceitarem a volta ao trabalho deixaram claro que não hesitarão em recorrer à greve nova-

mente, caso o documento não seja respeitado. A greve de Guariba é um marco na história do movimento de trabalhadores rurais brasileiros. No dia seguinte ao acordo, paralisações ocorreram em toda região, sendo que no fim da tarde a classe patronal concordou em estender as conquistas de Guariba a todos os trabalhadores rurais do Estado. Do mesmo modo efetivou-se acordo semelhante com os apanhadores de laranjas da região de Bebedouro.

As lições de Guariba mostram a todos nós que o trabalhador rural passou a exigir o direito de ocupar um lugar ao sol na vida nacional

(Leopoldo Paulo-advogado da Fetaesp-São Paulo)

"Farinheiros" querem mercado limpo

Nós, leitores da TO do Mercado Municipal de Aracaju, estamos escrevendo para este combativo jornal para denunciar a incompetência e irresponsabilidade do diretor do mercado, Sr. Natividade, que de atividade não apresenta nada.

Desde que se encastelou na diretoria, há mais de 3 anos, colocado pelo prefeito bilíneo e antipovo Heracleito Rollemberg, este diretor deixou o

mercado abandonado aos ratos e baratas, transformando-o num verdadeiro mar de imundície.

Agora no inverno tem lugares que mais parecem peneiras, de tanta goiteira. "Não aceitaremos que o mercado continue como está. Eles fazem isso porque o pessoal ainda está desunido. Mas breve eles recebem o troco" — afirma um vendedor.

Outro vendedor declara: "Aqui dentro tem muita sujeira e corrupção. Um exemplo vivo é o fato de um aposentado da Marinha conhecido como Vavá, dedo-duro e provocador, ser chefe dos armadores do mercado; e só vive passeando. E às custas de negociações promove festas (inclusive de casamento das filhas) e compra casas e mais casas". ("Farinheiros" do Mercado Municipal-Aracaju, Sergipe)

Algumas cartas tratam neste número do papel do sindicato na luta dos trabalhadores, como na Banylsa, em Salvador, na Motorádio, em São Paulo, etc. O Sindicato, conforme os relatos, contribui para levantar as reivindicações dos trabalhadores, torná-los coesos e organizados na defesa de seus direitos. Por isso mesmo a escolha de uma diretoria afinada com os interesses da categoria é de fundamental importância. É o que ocorre hoje no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Como vai a campanha em cada fábrica? Amigo leitor; dê sua opinião sobre este evento, que interessa não apenas aos metalúrgicos paulistas mas a todos os trabalhadores. (Olivia Rangel)



fala o POVO

Facão come solto na Persianas Colúmbia

Não dá para agüentar mais tanto abuso e desrespeito dos patrões às nossas reivindicações mínimas de trabalho e sobrevivência. Os itens do último acordo não estão sendo respeitados na Persianas Colúmbia.

O facão está comendo quente. Só nos últimos 30 dias foram demitidas aproximadamente 500 pessoas e existe possibilidade de mais demissões por causa das novas máquinas que diminuem a necessidade de operários para operá-las.

A perseguição aos operários continua, como o ridículo controle de idas ao banheiro. O material de segurança é precário, colocando em risco a segurança dos trabalhadores. Além disso, no horário noturno, se alguém se machucar não aparece sequer um enfermeiro para fazer um curativo. Se não bastasse tudo isso, ainda pensam que somos bobos. Roubam descaradamente nos-



salários, com o não pagamento de insalubridade para vários setores, como por exemplo a pintura; das horas extras, que são colocadas como prêmio, para que não apareçam na hora de calcular o

13º, as férias e a aposentadoria. Chega! É hora de darmos um basta nesta situação. Vamos nos organizar para lutar contra o desrespeito e a exploração. (Operário da Persianas Colúmbia-São Paulo, SP)

Discriminação na Motorádio

No dia 8 de junho a Motorádio entrou em greve. Operários que trabalham lá há 10 anos disseram que é a primeira vez que fazem greve na fábrica. "Mas também — dizem — nunca foi tão ruim como agora. Estão obrigando as mulheres a cortar o cabelo e as unhas alegando que as unhas grandes reduzem a produção".

"A médica, filha de um dos diretores da empresa, xinga as meninas quando elas aparecem grávidas no serviço médico", conforme reclamam as operárias. Uma das operárias denunciou que uma de suas colegas foi procurar a doutora porque não conseguia engravidar e recebeu advertência de que seria demitida caso engravidasse.

A greve foi deflagrada pelo conjunto dos funcionários da produção com plena adesão do pessoal de escritório sob a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Também estiveram presentes em apoio ao movimento diretores dos Sindicatos dos Plásticos e dos Médicos, o deputado estadual Benedito Cintra e a União de Mulheres de São Paulo. Na ocasião, a União de Mulheres distribuiu um boletim denunciando os patrões que querem demitir em massa e contratar novas operárias com salários mais baixos.

Na Motorádio trabalham cerca de 400 mulheres num total de aproximadamente 500 funcionários. Há 120 sócios

do Sindicato, mas ainda é reduzido o número de sócias. Ao denunciar a falta de creches ou convênios que conforme prevê a lei são obrigatórios nas empresas que têm mais de 30 mulheres com mais de 16 anos, a UMSF ouviu das operárias que os patrões preferem demitir as grávidas. A greve foi suspensa porque se deu um tempo para os diretores atenderem às reivindicações dos grevistas: estabilidade de um ano; abono de emergência; pagamento em dia; comissões de fábrica; demissão da médica; não obrigatoriedade de corte de unha e cabelo.

(Maria Amélia Teles — presidente da União de Mulheres de São Paulo)

JB desrespeita gráficos

Quando implantou há um ano um novo sistema de foto-composição, o "Jornal do Brasil" deixou de considerar como gráficos os que passaram a trabalhar nos terminais de computadores.

Essa medida nos trouxe sérios prejuízos porque nossa função foi descaracterizada. Perdemos o direito de pertencer ao Sindicato dos Gráficos que, por sua vez, perdeu parcela significativa de seus associados. Isso representa menor poder de barganha.

Mas não é só isso. A descaracterização da função nos trouxe pesadas perdas salariais. Só recebemos 70% do INPC, uma vez que ocupando terminais de computadores ficamos associados à Contcop e com reajuste salarial em março de 1983, quando estava em vigor o decreto lei 2.024 que previa reajustes salariais inferiores ao INPC. Se nossos salários tivessem sido reajustados na mesma época do dos gráficos, nosso aumento teria sido 100% maior.

A situação do pessoal do "Jornal do Brasil" é muito diferente da do pessoal que trabalha em São Paulo em terminais de computadores ou mesmo do pessoal que trabalha em "O Dia" na mesma função. Apesar de terem perdido a sua condição de gráficos, eles a recuperaram na Justiça. O JB está incorrendo numa irregularidade, porque o próprio Ministério do Trabalho já os reconhece como gráficos. (gráficos colaboradores da TO no Rio de Janeiro)

Motoristas na greve da UFPB

Na atual greve dos servidores das universidades federais ficou patente a elevação do nível de organização e combatividade da categoria. Aqui na Universidade Federal da Paraíba nas greves anteriores, mesmo havendo uma grande disposição de luta por parte da maioria, algumas parcelas do funcionalismo não aderiram ao movimento. Desta vez, foi com muita alegria que vimos

as telefonistas e os motoristas aderirem completamente ao movimento.

Queremos destacar o papel dos motoristas nesta greve. A coragem e a disposição de luta deles deixou todos os chefes andando a pé (deixaram o carro do reitor, um para manutenção, um para dona e uma ambulância, a pedido do Comando de Greve) e deu ânimo especial ao movimento.

Os motoristas são muito explorados. São obrigados a fazer trabalhos parciais de diretores e sofrerem humilhações. Neste momento de luta os motoristas mostram que não são capachos e que não estão dispostos a serem explorados para garantir as mordomias dos chefes.

(grupo de amigos da TO na UFPB-João Pessoa, Paraíba)

Corrupção se instala em Antas

Foi realmente decepcionante o resultado do teste para admissão no Banco Econômico S/A na cidade de Antas, Bahia. Houve movimentação geral na cidade. Várias pessoas vieram inclusive de outros centros para realizar um teste

considerado "ridículo" pela maioria dos concorrentes.

Mas o resultado foi apenas a comprovação dos nomes de parentes e "afilhados" dos chefes políticos da região (todos do PDS) e de um amigo do

gerente que nada tem a ver com a cidade. Espero o registro neste jornal de mais um caso de corrupção implantada pelos homens públicos na cidade de Antas.

(amigo da TO -Antas, Bahia)

Garimpeiros retomam Serra Pelada

Durante cinco dias, milhares de garimpeiros no sul do Pará, norte de Goiás e sudeste do Maranhão desafiaram o regime militar. Invadiram a Serra Pelada, bloquearam estradas, incendiaram delegacias e tomaram armas da polícia. Diante da iminência de um confronto armado, o governo Figueiredo recuou e sancionou a lei que entrega Serra Pelada aos garimpeiros.

No dia 8 de junho, milhares de trabalhadores se levantaram nos três Estados. Numa ação coordenada, os garimpeiros bloquearam a estrada Belém-Brasília em dois pontos — Imperatriz e Estreito — e as rodovias BE-222 (Marabá-Serra Norte) e a PA-156 (Marabá-Serra Pelada). Invadiram a Serra Pelada, tomando o aeroporto, armando barricadas e acendendo fogueiras nas pistas para impedir qualquer pouso de aviões.

Em Paraopebas, os trabalhadores tomaram de assalto uma Delegacia de Polícia, demolindo-a e apreendendo as armas dos soldados. Em Curionópolis, além de queimarem o acampamento de várias empresas construtoras, como a Estacoen e a Delfos, os garimpeiros saquearam a sede do banco Bamerindus e provocaram vários incêndios.

Tensão: quem passasse pela vigia seria fuzilado pela polícia

Os revoltosos também ocuparam a sede do Projeto Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce, incendiando guaritas, dois caminhões e um ônibus e depredando totalmente uma subestação de tratamento de águas. Na operação mais tensa, uma tropa de garimpeiros rumou para a sede social do Projeto Carajás, onde estão alojados os técnicos estrangeiros. Apavorado, o presidente da Vale do Rio Doce, Eliezer Batista, telefonou para o governador do Pará, Jader Barbalho, implorando providências da polícia para conter a invasão do coração do Projeto. Cerca de 350 soldados fortemente armados foram deslocados para garantir o núcleo urbano de Carajás. Enquanto helicópteros realizavam às pressas uma operação de resgate dos técnicos estrangeiros, os soldados tinham ordens de atirar para matar em qualquer ga-

rimpeiro que tentasse ultrapassar um ponto limite — uma vigia de aço atravessada no meio da estrada de acesso à sede.

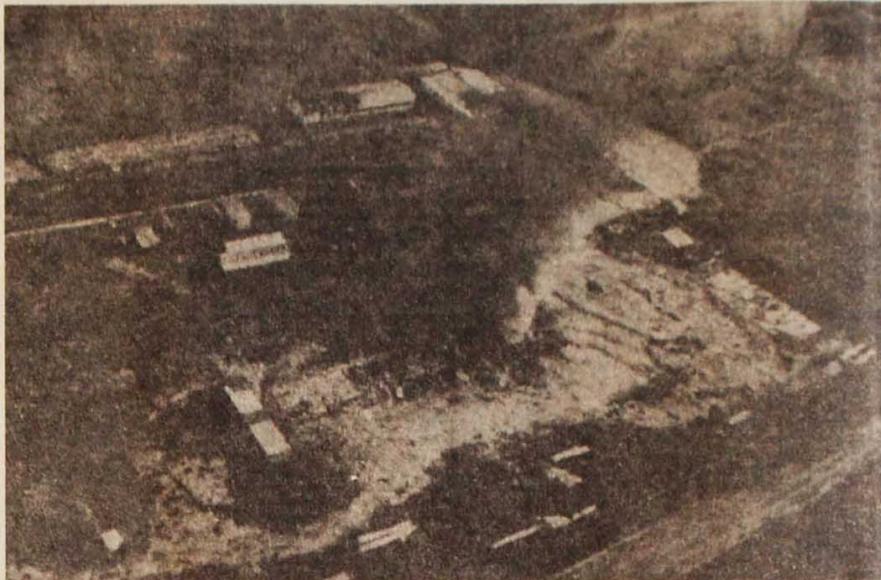
A fúria dos trabalhadores fez o governo entrar em pânico. O aeroporto de Imperatriz foi ocupado por tropas do Exército — depois substituídas por Forças da Aeronáutica. Ordens foram expedidas para a mobilização das PMs do Pará, Goiás e Maranhão. As Forças Armadas na região entraram em prontidão. O estouro de um confronto armado de grande repercussão tornou-se iminente. Era dado como certo.

Diante do clima explosivo, a cúpula do regime militar resolveu negociar o controle econômico da Serra. Figueiredo, o qual enfatizava que não negociaria sob pressão, teve de recuar, afirmando que sancionaria o projeto de lei dos garimpeiros. Diante da promessa, os garimpeiros resolveram desbloquear as estradas e parar com a ofensiva sobre a sede do Projeto Carajás, ainda cercada pelas tropas da PM.

Ultimato a Figueiredo: "área vai se tornar a mais perigosa do país"

Equanto isto, a PM procurou controlar militarmente a situação. Entretanto os garimpeiros lançaram um ultimato a Figueiredo, desafiando as forças policiais: esperariam até as 18 horas do dia 11 de junho pelo sancionamento do projeto de lei. Caso contrário, "a região vai se tornar a região mais perigosa do Brasil", conforme afirmaram na televisão.

Por toda a área, nos três Estados, o dia 11 transcorreu vagarosamente com milhares de homens dispostos a tudo, numa espera muda e tensa. O Exército ocupou a cidade de Marabá. Em Belém, a principal estação de TV colocava no ar documentários mostrando o treinamento de fuzileiros na-



Garimpeiros incendiaram escritórios em Carajás: prejuízo de mais de 5 milhões de dólares

vais em guerra na selva. Próximo às 18 horas, limite fatal dado pelos garimpeiros, finalmente chegou aos três Estados a notícia do porta-voz do governo federal, Carlos Atia. Ele afirmou que Figueiredo havia sancionado o projeto de lei: uma derrota humilhante do regime militar e uma grande vitória da luta dos garimpeiros.

Numa festa coletiva, envolvendo cidades como Marabá, Imperatriz e Araguaia, povoados e "patrimônios" perdidos dentro da selva, os garimpeiros comemoraram a vitória. Fogos de artifício e tiros em direção à Lua, uma antiga tradição dos garimpeiros, foram soltos. Já o major Curio não ficou tão satisfeito. Declarou à imprensa: "Fomos traídos". E que Figueiredo sancionara o projeto vetando o artigo que estabelecia a sua "cooperativa". Bando de ódio, o major espumava: "Não foi isso o que combinamos em Brasília". (Paulo Fonteles, deputado estadual do PMDB)



Figueiredo carregado pelos garimpeiros em 82, numa festa com a população; e o agente do SNI, hoje rico como um sheik do petróleo

Curio resolveu voar sozinho

Serra Pelada é a maior mina de ouro a céu aberto do mundo. Foi descoberta há cerca de quatro anos por garimpeiros, e tem produzido anualmente toneladas e toneladas de ouro, já se tendo encontrado pepitas de até 67 kg de ouro puro. Dela dependem, direta ou indiretamente, mais de 1 milhão de pessoas. E é aí que atua Curio.

O governo federal tentou criar na região um curral — não só eleitoral para o PDS, mas também uma reserva de apoio político de massas —, através da manipulação da enorme riqueza que a Serra produz. Para estruturar esse trabalho, designou a sinistra figura do major Curio — também chamado Marco Luchini e Sebastião Rodrigues de Moura, agente do SNI (repressor da Guerrilha do Araguaia, que ocorreu na região no início do ano 70).

Porém Curio percebeu as grandes vantagens pessoais de sua posição de vice-rei da Serra. Montou um grupo de capitalistas do garimpo, que se apropriava de todo lucro, enriquecendo extraordinariamente e preparando condições para elegê-lo deputado federal do PDS.

BRIGA PELO PODER

O poder de lavra, entretanto, estava nas mãos da Docego, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce. Quando estourou a crise da dívida externa, Delfim Netto e César Cals, na voragem de entregar mais rapidamente o ouro aos banqueiros internacionais, iniciaram uma campanha para que a mineração no local fosse mecanizada, retirando dali os garimpeiros.

Em 1982, o governo federal decidiu fechar Serra Pelada para entregá-la à Docego. Mas estava-se em ano eleitoral. Curio, candidato a deputado federal, propagou a idéia de que com os votos da região o PDS venceria no Pará. Jar-

bas Passarinho, candidato ao Senado, e Ozil Carneiro, candidato a governador, encamparam essa ilusão. Até Figueiredo foi a Serra Pelada para, no maior comício do PDS no Estado, efusivamente declarar que o local era dos garimpeiros. Foi carregado pela massa. Gastando cerca de Cr\$ 1 bilhão, Curio elegeu-se, contudo o PDS perdeu...

Em 1983, deixando de lado suas promessas, Figueiredo decidiu fechar a Serra. Curio, eleito deputado e com uma fortuna nas mãos digna dos miliardários sheiks do petróleo, não vacilou: apresentou um projeto de lei transformando Serra Pelada em reserva garimpeira. O Congresso aprovou por unanimidade, mas Figueiredo vetou o projeto.

LENHA NA FOGUEIRA

Curio então, aproveitando-se da grande importância da Serra e do enorme espírito de luta dos garimpeiros, airtou lenha na fogueira, mobilizando milhares e milhares de homens, que já se arregimentavam sob outras lideranças. Os garimpeiros mobilizados fizeram o regime recuar do veto. Figueiredo voltou a prometer que a Serra se tornaria reserva garimpeira, através de um projeto de sua autoria.

Porém César Cals continuava a afirmar abertamente que a Serra era da Vale. E Figueiredo descompôs publicamente Curio no Palácio do Planalto. Milhares de homens de todas as classes e de todos os

partidos, com os mais variados interesses, iniciaram um grande movimento de luta pelo controle da Serra. Encostaram Curio na parede, e alardearam a disposição de um levante armado em toda a região central do país, envolvendo o sul do Pará, norte de Goiás e sudeste do Maranhão.

Diante da iminência de uma verdadeira rebelião de massas, o regime mais uma vez começou a recuar. Figueiredo remeteu projeto de lei ao Congresso estabelecendo a Serra Pelada como reserva garimpeira. No projeto, Figueiredo impunha uma exorbitante indenização à Vale do Rio Doce — 69 milhões de dólares (mais de Cr\$ 100 bilhões!) — e colocava a Serra sob a administração da própria Vale, retirando das mãos de Curio o controle da mina.

...E VEIO A EXPLOÇÃO

Curio, entretanto, conseguiu fazer com que o projeto fosse alterado, enquanto Figueiredo viajava para a China. Retirou a indenização da Vale e, principalmente, aduziu emenda através da qual a administração da Serra passaria para uma Cooperativa, formada por 60 prepostos seus — os grandes capitalistas de barranco, que comandam verdadeiramente o garimpo.

Al a porca torceu o rabo. A cúpula do regime percebeu o perigo do poder incontroleável de um homem: Curio, com a sanção do projeto, granjearia enorme apoio político de massas e amealharia extraordinário poder econômico. Figueiredo, irritado, ameaçou vetar todo o projeto — a então veio a explosão. O feitiço virou contra o feiticeiro.



Após a vitória, trabalhadores podem retornar ao garimpo do ouro em Serra Pelada